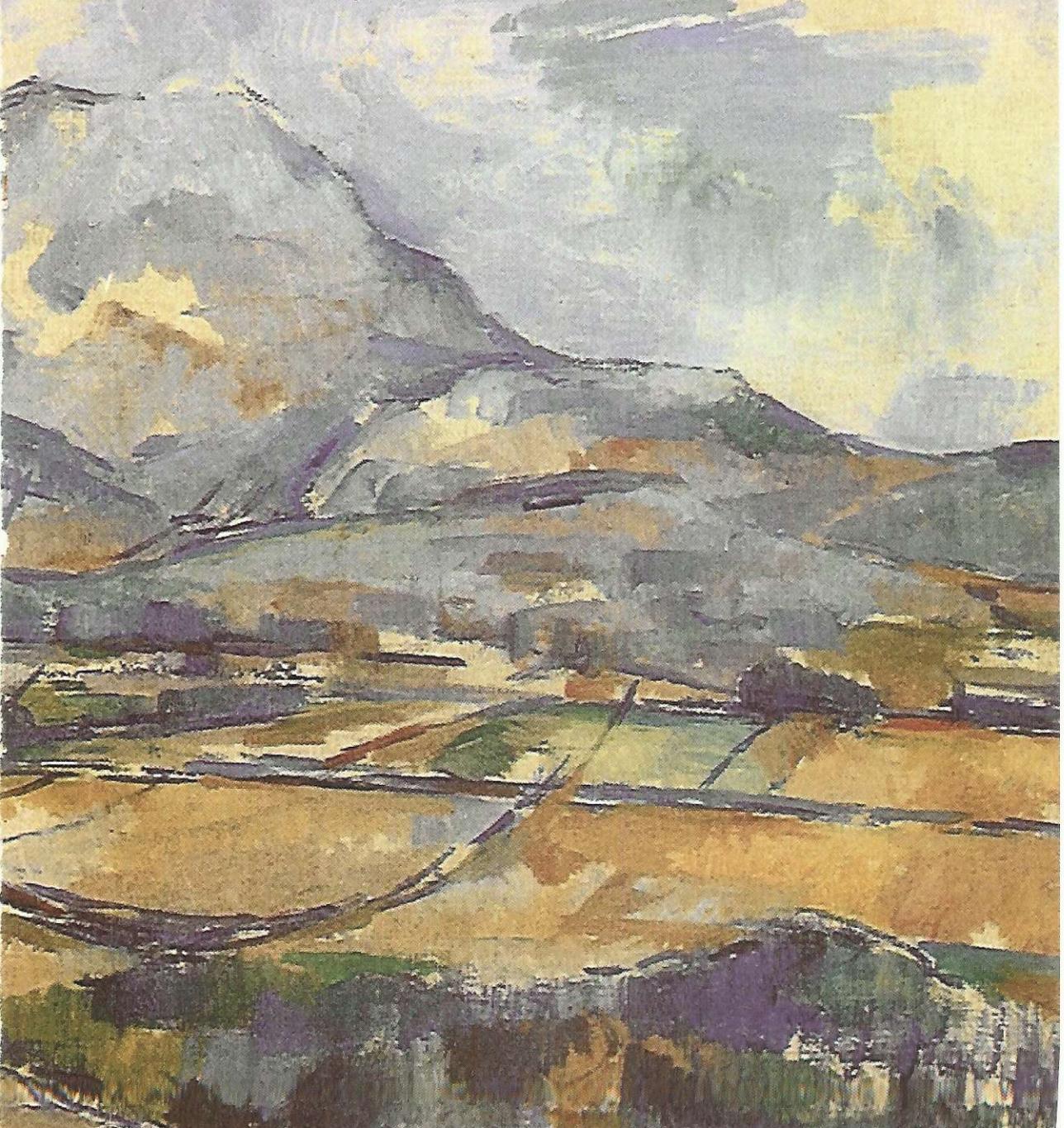


19/20

apogeo

Revista da Associação de Professores de Geografia

Mar./Set.'00



associação GEOGRAFIA
professores

Revista subsidiada pelo I.I.E.

FICHA TÉCNICA

Director: António George Camacho

Comissão de Redacção: Maria Júlia Teixeira; Miguel Inês Soares
Moisés Fazenda Dias; Rui Pimenta

Colaboradores Convidados:

Carlos Nunes Silva; David Antunes; Fátima Páscoa; Fernando Rebelo; Francisco Sande Lemos;
Helena Simões; João Ferrão; João Nuno; Jorge Gaspar; Mário Rui Nunes Mateus; Miguel Sopas de Melo Bandeira;
Nuno Teotónio Pereira; Rui Jacinto; Sophia de Mello Breyner Andersen

Propriedade: Associação de Professores de Geografia, Apartado 40 103, 1516-801 Lisboa

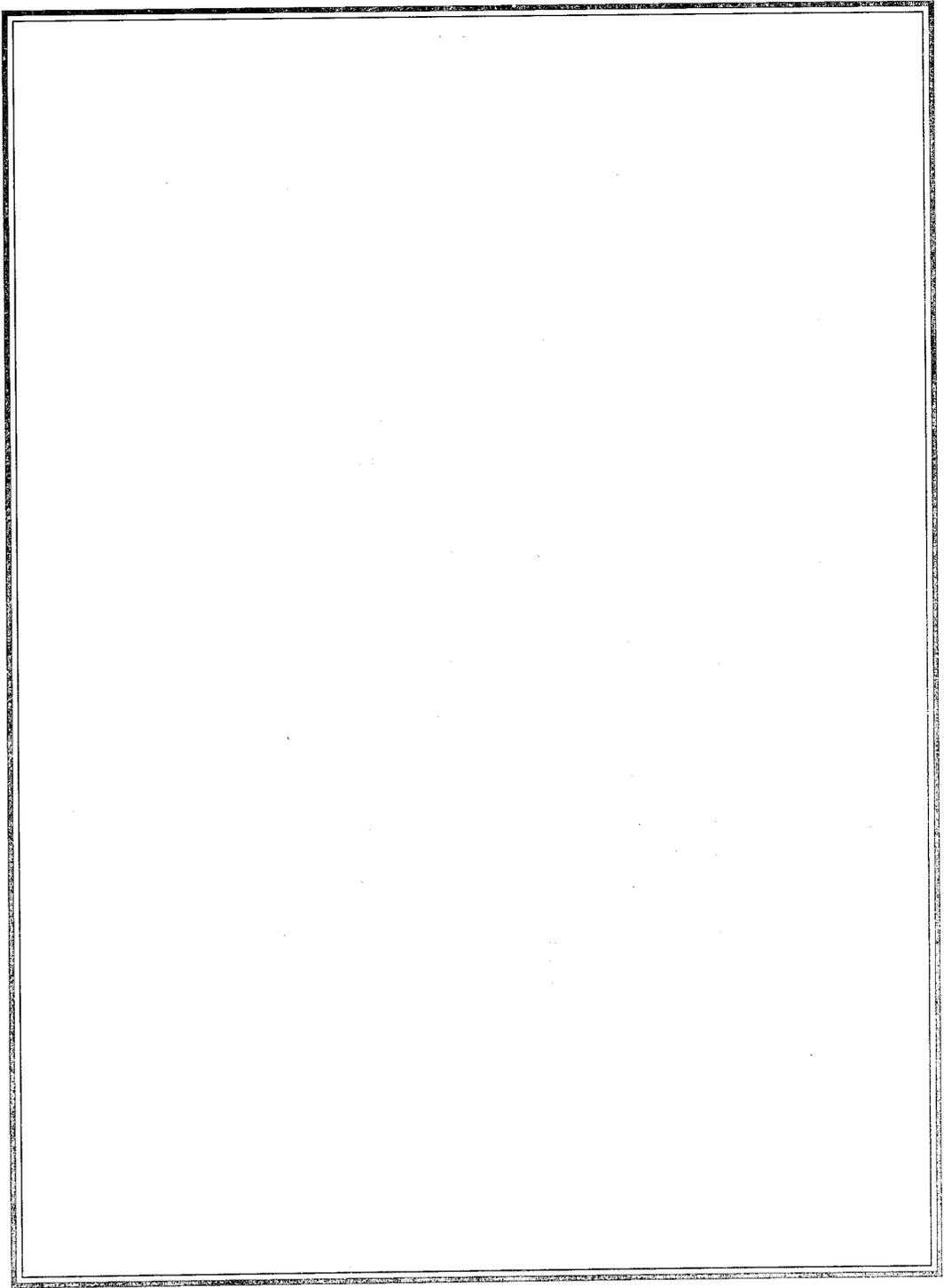
Tel./Fax 21 365 84 24

e-mail: apg.aprofgeo.pt Home page: <http://www.aprofgeo.pt>

Produção gráfica: *Impressonar*, Tel.: 21 931 02 08

 revista impressa em papel 100% reciclado

Tiragem: 1500 exemplares Depósito Legal: n.º 21 206/89



EDITORIAL



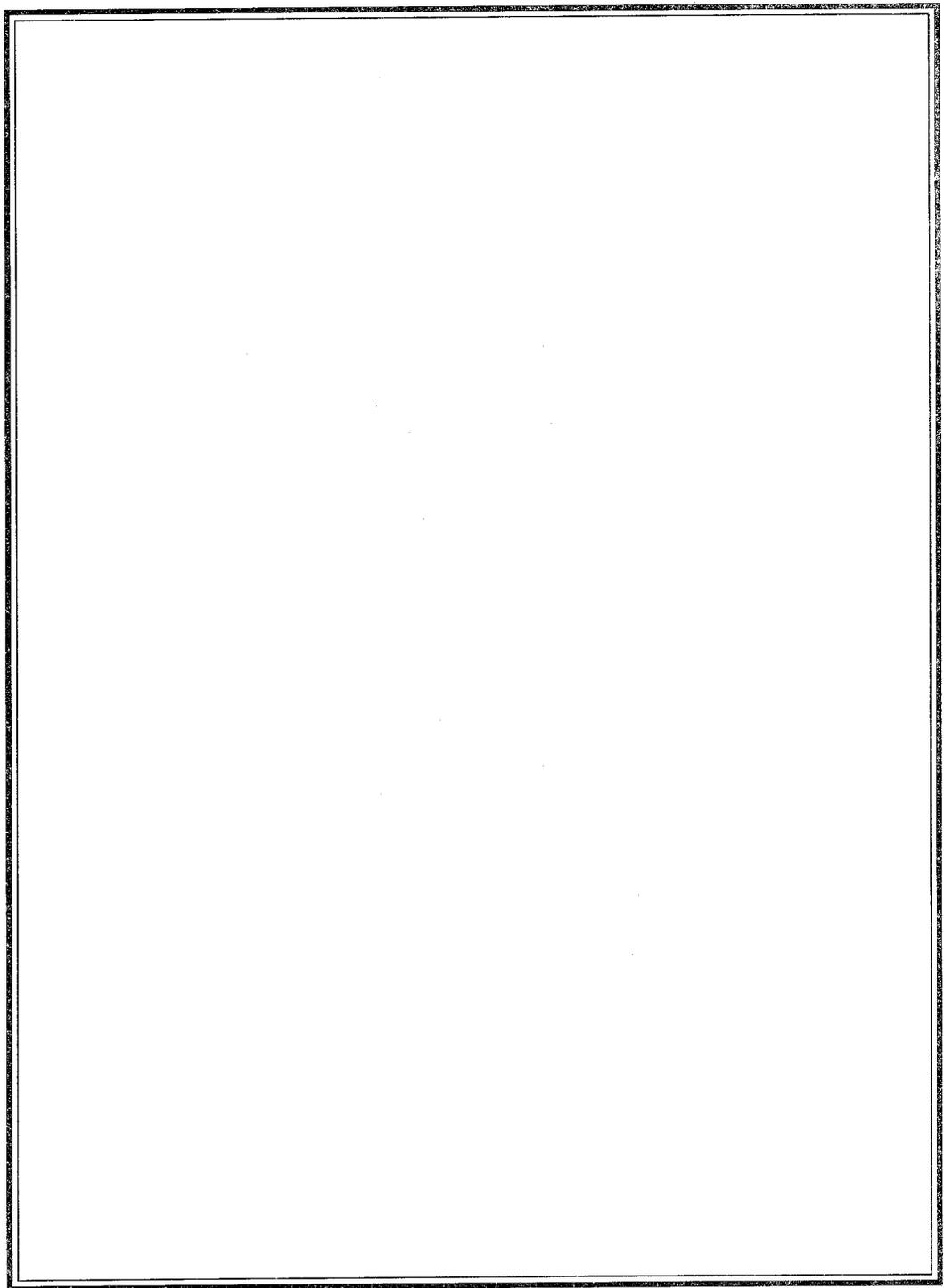
espaço tem vindo a adquirir uma importância crescente na(s) sociedade(s) contemporânea(s). Do nível local ao global existe toda uma série de níveis intermédios (regional, nacional, internacional, continental, para citar apenas os mais evidentes) que se estruturam de formas cada vez mais complexas e dinâmicas. As novas tecnologias de comunicação e informação vieram criar, para além das dimensões territoriais e materiais do espaço, uma dimensão virtual cujas repercussões na vida das sociedades só agora começamos a ter consciência.

Assim, o espaço, e mais concretamente o território, têm tido para as várias áreas do saber, nomeadamente em campos tão diversos como o ambiente, o urbanismo, o ordenamento, a organização social e económica, a análise de dimensões culturais, a gestão dos recursos ou mesmo ao nível da geografia política e geoestratégia, entre outras, uma importância reconhecida e crescente. Com efeito, a linguagem geográfica tem vindo a ser cada vez mais utilizada em contextos progressivamente diversificados, que vão desde as ciências mais exactas até às várias manifestações artísticas. Estas abordagens, que se pretendem complementares, terão necessariamente de ser conceptualizadas e concretizadas a diferentes níveis, de forma a estarmos mais próximos da compreensão e tentativa de resolução dos problemas.

Tendo em consideração esta perspectiva, a Associação de Professores de Geografia decidiu promover um debate, convidando, para o efeito, um leque de geógrafos e não geógrafos, pessoas de diferentes sensibilidades, que, pela sua actividade ou produção intelectual, têm manifestado preocupações com o espaço, entendido em sentido amplo, ou com o território entendido em sentido restrito. Pretende-se, deste modo, promover diálogos entre áreas afins ou simplesmente que têm o espaço e/ou território como referência.

Deste modo, pretende-se relançar o debate sobre o espaço, o território, o meio e o ambiente por forma a tomarmos consciência da sua complexidade e da interdisciplinaridade necessária nas suas abordagens e intervenções. Num mundo cada vez mais dependente das oportunidades e limitações da técnica e dos valores e lógicas económicas ou, melhor dito, economicistas, em que o espaço é apenas quantificado em termos de valor financeiro (custos e lucros), é importante que os cidadãos, em geral, e os nossos alunos, em particular, tomem consciência da riqueza e da diversidade que o(s) espaço(s) comporta(m).

É um primeiro conjunto de contribuições para este debate que aqui apresentamos, e, atendendo à sua elevada qualidade, certamente muito contribuirão para as várias leituras sobre o espaço e/ou o território. Atendendo à sua importância, decidimos chamar a atenção para o facto apresentando a revista com uma imagem e estruturas diferentes. Procurando dar ideia da interdisciplinaridade existente e da importância da participação de todos neste debate, independentemente das suas áreas de formação e de intervenção e dos seus graus de responsabilidade profissional e social, as contribuições são apresentadas por ordem alfabética dos respectivos autores. 



Geografia e políticas públicas: Uma relação antiga e profícua

Carlos Nunes Silva*

A ideia de que a Geografia só recentemente se interessou pelos problemas da Administração Pública e das políticas públicas, ou a inversa, segundo a qual a Administração só na segunda metade do século xx passou verdadeiramente a considerar a Geografia e os geógrafos como relevantes na preparação e na avaliação das suas decisões, está muito longe de corresponder à verdade. A afirmação de que «o Estado é um construtor de paisagens», sintetiza bem a importância que sempre se deu ao impacto da acção colectiva e voluntária sobre a «relação homem-meio» ou sobre a «localização dos fenómenos à superfície da Terra», para citar apenas duas formas tradicionais de definir o objecto de estudo da Geografia. Com efeito, este, como muitos outros aspectos do trabalho geográfico, não é realmente novo, e podemos encontrar a sua origem nos textos mais antigos de que a disciplina se reclama. Estes dois sentidos da relação entre a Geografia e a Administração encontram-se na Europa mas também em outros contextos civilizacionais, designadamente no mundo islâmico e na civilização chinesa. As descrições geográficas e as medições topográficas realizadas na Antiguidade Clássica, só para citar um exemplo, serviram, em primeiro lugar, o poder político, e guiaram, em muitos casos, as suas tomadas de decisão. A *Geografia* de Estrabão é disso um bom exemplo, defendendo ele explicitamente que a Geografia era importante para os políticos e para os militares. Mas podemos também citar Heródoto, Eratóstenes, Plínio, Ptolomeu, entre muitos outros.

O período dos descobrimentos marítimos, nos séculos xv e xvi, e as viagens de exploração e colonização do século xix são também uma fonte inesgotável de exemplos desta relação entre a Geografia e a Administração. Idêntica conclusão se pode retirar das obras e/ou dos planos de obras de Varenius, Kant, Humboldt e Ritter. As Sociedades de Geografia criadas no século xix são bem uma prova desta relação íntima e constante ao longo dos tempos entre Geografia e Administração, designadamente da utilização prática daquela por esta. Mesmo os trabalhos de anarquistas como Reclus e Kropotkin serviram os interesses do poder político conservador e da Administração da época.

* Centro de Estudos Geográficos — Universidade de Lisboa (carlos.silva@fc.ul.pt).

Mas foi com a ruptura epistemológica introduzida pelo positivismo lógico, em meados do século xx, por Schaefer, Berry, Morrill, Bunge e Harvey, entre muitos outros, que a disciplina ganhou um pendor aplicado maior e, por isso, se verificou, a partir daí, uma expansão do número de geógrafos a trabalhar na Administração, ao nível central e local, em quase todos os sectores, designadamente nos mais directamente relacionados com a organização do território. O que não significa que a Geografia da primeira parte do século não tivesse tido um envolvimento significativo com o poder político e com a Administração, bastando para isso citar os exemplos dos portugueses Amorim Girão e Orlando Ribeiro, o primeiro na preparação da reforma administrativa do Estado Novo, na década de 30, e o segundo em estudos utilizados pelo Governo, dos quais se destaca aqui o «Relatório ao Governo sobre Goa em 1956». Também a Geografia Humanista produziu trabalhos utilizados pela Administração na preparação das políticas públicas.

A Geografia Radical, partindo da rejeição da Geografia Positivista e da Geografia Humanista, elegeu como temas de trabalho novas questões sociais — pobreza urbana e regional, discriminação contra os grupos minoritários, acesso desigual aos equipamentos e aos serviços sociais, subdesenvolvimento, etc. — com o objectivo de construir uma alternativa ao capitalismo. Esta atitude de análise crítica do sistema social e económico se, por um lado, retirou importância aos seus intérpretes junto dos responsáveis pela formulação das políticas públicas, por outro, fez com que os geógrafos se interessassem mais, e de uma forma nova, pelas consequências das políticas e programas da responsabilidade da Administração, nacional, regional ou local.

Nos anos 70, a Crítica Radical sofreu uma inflexão com a introdução das ideias marxistas nas suas análises. Enquanto que a principal crítica da Geografia Radical ao positivismo teve a ver com a irrelevância dos principais temas da pesquisa geográfica, a crítica da Geografia Marxista, designadamente por Harvey, centrou-se no facto de a Geografia restringir a causalidade ao domínio espacial. Se a análise das consequências da intervenção dos poderes públicos sempre esteve presente de alguma forma nos trabalhos dos geógrafos, com a Crítica Radical ela ganhou uma relevância e uma centralidade que não tivera até aí, não sem críticas da parte do grupo positivista dominante nas estruturas académicas. Por exemplo, Berry, no início da década de 70, no auge da crítica radical e marxista ao positivismo lógico, clamava que a Geografia se devia deixar do tipo de temas e preocupações propostos pela nova corrente e, pelo contrário, deveria procurar trabalhar com o poder político-administrativo e sobre ele, participando nos processos de tomada de decisão da Administração, analisando e avaliando posteriormente os seus impactos no território, com recurso à metodologia científica, tal como o positivismo a entendia.

Por fim, as novas abordagens teóricas que emergiram após os anos 70 — realismo e teoria da estruturação — ao tentarem fazer uma ponte entre o humanismo e o marxismo através do conceito de acção individual — estiveram na base do desenvolvimento de novos estudos sobre as políticas públicas.

Por isso, face a esta evolução, e qualquer que seja a perspectiva que se adopte, não há hoje dúvidas que a abordagem da intervenção do poder público na organização

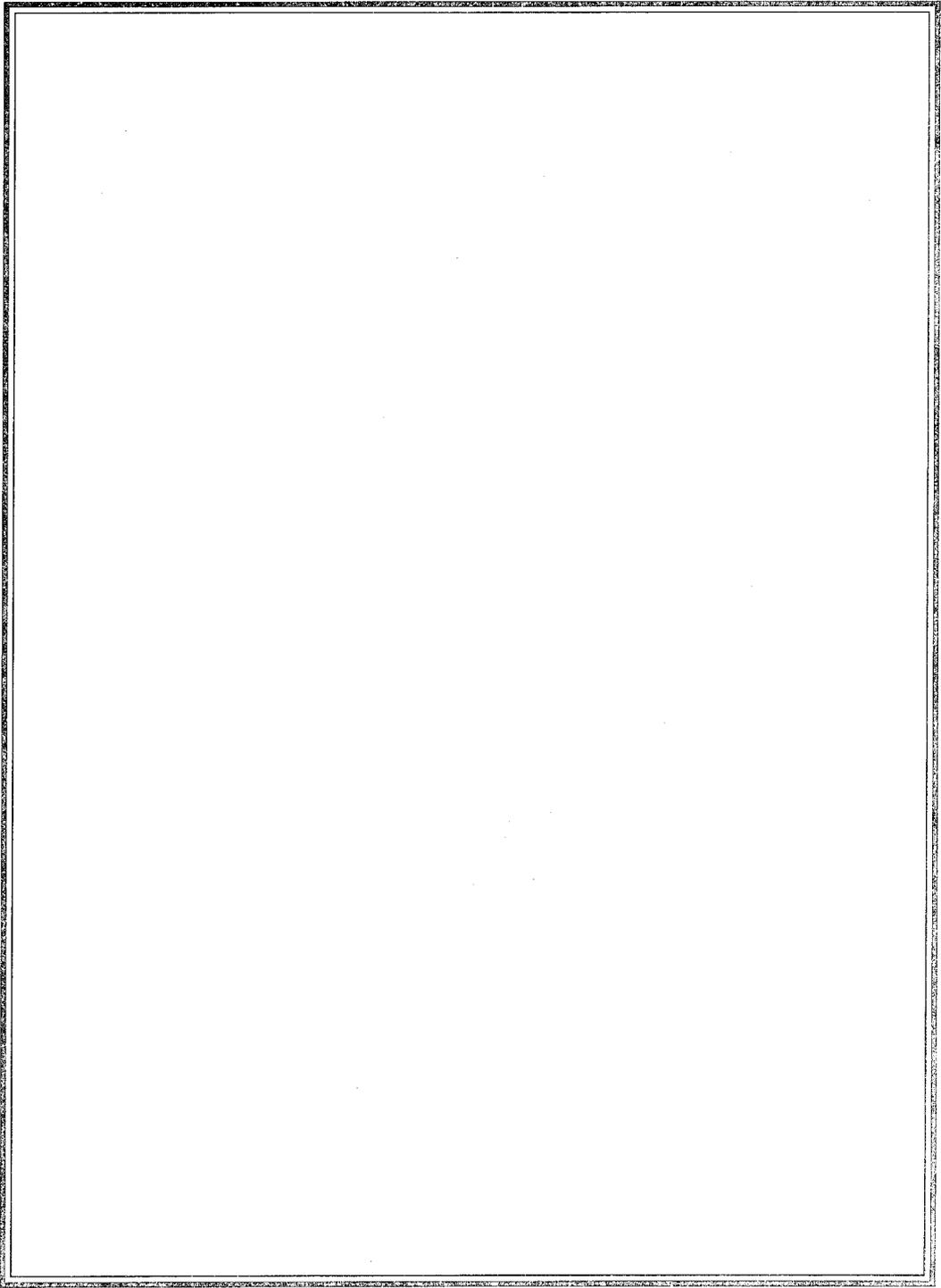
do território e na satisfação das necessidades individuais e colectivas se tornou incontornável por parte da Geografia. A capacidade de o poder público interferir na organização espacial, criando ou modificando as estruturas e os processos, fez-se sentir em todas as épocas e em todas as latitudes, em qualquer regime político, social e económico, embora seja por demais evidente que a extensão e importância dessa acção colectiva tem uma correlação forte e positiva com o nível de urbanização e complexidade da organização social. Assim, não é de estranhar que a importância relativa da Administração e das políticas públicas tenha crescido no último século, ultrapassando já a despesa pública mais de metade da riqueza gerada em muitos países desenvolvidos. Mesmo as tentativas de redução da presença do Estado na sociedade, nas últimas décadas do século xx, não tiveram consequências significativas na redução do nível geral de intervenção e controlo, embora uma parte se faça agora de forma indirecta.

E se é um facto que o crescimento da intervenção pública na organização e gestão do território está associado à crescente urbanização da população, a qual se torna menos autónoma do que a rural, necessitando que um número maior das suas necessidades básicas seja satisfeito pela Administração, designadamente as que se relacionam com a condição urbana, é também claro que isso se faz de forma diferenciada em função das características de cada lugar. Por um lado, as políticas públicas têm consequências sobre o território e, por outro, as características deste influenciam aquelas, nos seus conteúdos, eficiência, eficácia e impactos.

Ao fim deste longo percurso, a Geografia da Administração Pública surge, assim, como um corpo organizado de conhecimentos sobre o enquadramento institucional — estrutura, funcionamento e organização territorial do Governo e da Administração — e sobre o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. O contributo original levado pelos geógrafos para o domínio das Ciências da Administração inclui, entre outros aspectos, a dimensão espacial dos impactos das decisões políticas e administrativas. Os geógrafos podem dar contributos únicos, diferentes do de qualquer outra disciplina, nas várias fases do processo político-administrativo, desde a análise de um dado problema até à avaliação do impacto de uma política, programa ou projecto de iniciativa da Administração.

Se se considerar o peso relativo, cada vez maior, da Administração na satisfação das necessidades individuais e na garantia do bem-estar colectivo, como se referiu anteriormente, a contribuição dos geógrafos para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas dá a esta especialidade da Geografia uma inegável relevância social.





Geografias do Dizer

Fátima Páscoa*
David Antunes*

«Batem os carros de aluguer, ao fundo,
Levando à via férrea os que se vão. Felizes!
Ocorrem-me em revista exposições, países:
Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo,
o mundo!»

Cesário Verde, «Ave-Marias»,
O Livro de Cesário Verde

«Geographers who draw sections of
mountain ranges will exaggerate the relation
of height to width according to a stated
proportion. They have found that a true
rendering of vertical relationship looks false.»

E. H. Gombrich,
Art And Illusion



Os românticos do século XIX descobriram que paisagens, lugares, ruínas, árvores e pequenos riachos possuíam uma estranha faculdade, que, curiosamente, os aproximava do Homem, i. e., eram capazes de se manifestar, necessitando para isso apenas de um intérprete que, já se vê, era o poeta. O poeta era interpelado por um *genius loci* (o génio do lugar) e, qual possesso por um *daimon* espacial, como agradaria a Teixeira de Pascoas, trai e traduz o que um determinado lugar tem a dizer-lhe, o que lhe sugere ou cicia, o diálogo intersubjectivo que entre ambos se estabelece. A forma mais expressiva desta relação íntima entre o poeta e certos elementos da Natureza encontra-se numa forma poética particular, de que não vamos falar: a *nature-inscription*. Trata-se de um poema que é a transcrição de um texto encontrado/inscrito num certo lugar, como se aí tivesse nascido, sem um autor estritamente humano:

*«Lines left upon a Seat in a Yew-tree which stands near the Lake of
Esthwaite, on a desolate part of the shore, yet commanding a beautiful
prospect*

Nay, Traveller! rest. This lonely yew-tree stands
Far from all human dwelling:»
Wordsworth & Coleridge, *Lyrical Ballads*.

O interesse particular destes exemplos não é apenas sugerir a relevância que adquire o espaço e a sua percepção na condução da escrita literária, posição de certo

* Professor do ensino secundário.

incontestável, mas também de como, em certa medida, o espaço não tem realmente uma voz, não tem de facto uma existência objectiva e independente da dos homens e, portanto, não motiva o texto literário, ou até o trabalho do geógrafo, mas é o resultado deles, i. e., tem somente existência na medida em que eles o fazem. Este ensaio, a forma que ele assume e até o facto de ser escrito a duas mãos pretendem ser a descrição e expressão destas duas posições, cada uma expressa numa coluna.

I

Os termos *território* e *mapa* fazem-nos pensar em termos lexicais da Geografia: o primeiro referindo-se a uma realidade física, em princípio, independente do olhar que a percepçiona; o segundo — *mapa* — constituindo-se como uma representação simbólica desse território.

Os dois vocábulos são, portanto, topograficamente equivalentes, mas não iguais, quanto mais não fosse pela dimensão diferente dos seus referentes. A sua diferença estende-se, também, a outros níveis. O termo *mapa*, pela sua dimensão simbólica, é igualmente utilizado na linguagem e na psicologia, pois este termo pode significar a parcialidade da selecção do território, a parcialidade da selecção simbólica, a parcialidade da selecção «imposta» pela personalidade de cada um.

A chave reside sempre na palavra *mapa* enquanto representação simbólica/ /imagem mental do que quer que seja. É pelo mapa que nos orientamos e não pelo território em si, que apenas suporta a nossa existência. É a equivalência, no entanto, entre os dois que nos permite reconhecer e ter uma noção da realidade, seja lá o que isto for, uma vez que, num certo sentido, verifica-se uma diferença entre a realidade e as nossas descrições da mesma.

O escritor é um construtor de realidades e de mapas e os leitores encontram as imagens do escritor e creditam-nas, enquanto descrições plausíveis de

II

Provavelmente a ilustração mais brilhante da tese segundo a qual o mundo exterior e a vida imitam a arte é da autoria de Oscar Wilde¹ que, no ensaio «O Declínio da Mentira», apresenta, assim, uma forte objecção à possibilidade e às pretensões do realismo. De facto, esta corrente estética assenta essencialmente na presunção de que a arte, em especial a literatura, detém uma possibilidade mimética extraordinária que nos permite conhecer o mundo exterior tal qual ele é. Por exemplo, a ambição da literatura realista deveria ser, segundo o famoso Ega de *Os Maias*, a de ser como uma monografia, i. e., o estudo seco e clínico de «um tipo, de um vício, de uma paixão, tal como se se tratasse de um caso patológico, sem pitoresco e sem estilo...» (*Os Maias*, cap. vi).

Realmente nós parecemos acreditar nisto, não sem alguma razão, mas também com alguma ingenuidade, quando decidimos que a Lisboa ou a Sintra de Eça são, de facto, a Lisboa e a Sintra da segunda metade do século XIX, esquecendo que a expressão «de Eça» é aqui a parte mais difícil de explicar. E, no entanto, o pormenor interessante é a dificuldade que encontramos quando procuramos imaginar outra Lisboa e outra Sintra do século XIX, para além das descrições de Eça ou de outros escritores. É isto um argumento a favor da adequação das descrições do nosso autor ao mundo que serviu de palco às suas his-

¹WILDE, Oscar, 1992, «O Declínio da Mentira», trad. A. Feijó, *Intenções*, Lisboa, Cotovia

um mundo exterior objectivo. A razão porque isto acontece não se deve ao facto de os leitores serem detectives do que se diz nos livros, mas ao facto de que isso constitui o pressuposto mínimo para a legibilidade dos textos. O motivo porque é simplesmente impossível imaginar um *verdadeiro* extra-terrestre deve-se à circunstância de nunca termos visto nenhum e o mais plausível de acontecer é que, quando virmos um, não saibamos que o estamos a ver. Isto quer dizer que as descrições de extra-terrestres e de mundos alternativos são todas infelizes porque, num certo sentido, são uma espécie de representações defeituosas dos homens e da Terra. O mais engraçado, no entanto, é que um verdadeiro mundo alternativo e um extra-terrestre são necessariamente impensáveis, e, portanto, as descrições que acima se apelidam de infelizes, são-no por necessidade.

Em todo o caso, são as imagens topográficas de um escritor que se tornam importantes lugares de referência para o mapa individual de cada leitor.

Por exemplo, na poesia de Cesário Verde, encontramos elementos como «ruas», «Tejo», «edifícios», «via férrea», «cais», «praça», «rio» («*Avé-Marias*», *Sentimento de Um Ocidental*). Estes elementos adquirem uma maior dimensão pela sua nomeação através da linguagem. São lugares quase objectivos, uma vez que são comuns a muitos mapas mentais e não duvidamos deles enquanto elementos representativos da realidade. Talvez por este facto, Jacinto Prado Coelho apelide Cesário de «poeta do concreto». Porém, o escritor é mais profícuo na sua percepção destes elementos quase objectivos: «Reluz, viscoso, o rio.» O rio, elemento do concreto, adquire personalidade através de uma visualização mais definida (!?), de uma atmosfera que

tórias, ou constitui um argumento probatório da posição de Wilde? Para Wilde, o tópico assume os seguintes termos: «A Vida ergue um espelho em frente à Arte, e, ou reproduz algum tipo estranho imaginado por qualquer pintor ou escultor, ou realiza de facto aquilo que foi sonhado na ficção.» (Wilde, trad. port. 1992: 41). A tese é, parece-nos, suficientemente estranha para merecer algumas considerações. O que Wilde está a sugerir é não apenas o exercício pontual e, eventualmente patológico de uma emulação literária ou artística, mas a capacidade que a arte tem de produzir referentes, i. e., de criar coisas no mundo que antes de a arte se referir a elas não existiam. Uma destas coisas que é criada pelos escritores e pelos pintores é evidentemente o espaço e os elementos que o compõem. Novamente as palavras do escritor inglês são, a este respeito, esclarecedoras e causadoras de alguma perturbação na ciência da meteorologia: «A extraordinária mudança que se operou no clima de Londres durante os últimos dez anos é inteiramente devida a esse movimento artístico particular [o impressionismo] (...) Actualmente, as pessoas vêem nevoeiros, não porque haja nevoeiros, mas porque poetas e pintores lhes ensinaram o misterioso encanto de tais efeitos. Poderá ter havido nevoeiros em Londres durante séculos. Imagino que sim. Mas ninguém os viu, e, portanto, nada sabemos deles. Não existiram até que a Arte os inventasse.» (*idem*: 42) O que Wilde está a dizer é, por exemplo, que os mapas são influenciados por percepções e descrições de montanhas que são, do ponto de vista do geógrafo, meras ilusões ou ficções, mas às quais é imperativo dar ouvidos se se quiser que as pessoas tenham a leitura exacta (!?) do mapa/da montanha.

se cria e que se estabelece também num mapa mental do leitor. Em versos como «Nas nossas ruas, ao anoitecer, / Há tal soturnidade, há tal melancolia» (Cesário Verde, «Ave-Marias»), o «pintor de atmosferas» cria imagens que superam a realidade do próprio objecto a que se referem. O interessante é que o objecto se torna mais real através dessa dignidade que lhe confere essa representação. São estas imagens de *rio viscoso* e de *melancolia e soturnidade nas ruas ao anoitecer* que permanecem na mente do leitor e que são procuradas por este aquando da sua visita aos lugares nomeados. É o lugar, propriedade objectiva do escritor e do leitor que permite a sua qualificação subjectiva. Assim, o *rio* e as *ruas* podem tornar-se límpidos e serenos ou viscosos e soturnos, mas serão sempre os mesmos rio e as mesmas ruas.

Neste ensaio, procurámos descrever duas posições acerca do espaço na literatura: uma, sugere que o espaço existe fora dos textos, a outra, sustenta que o espaço só existe em função das nossas descrições.

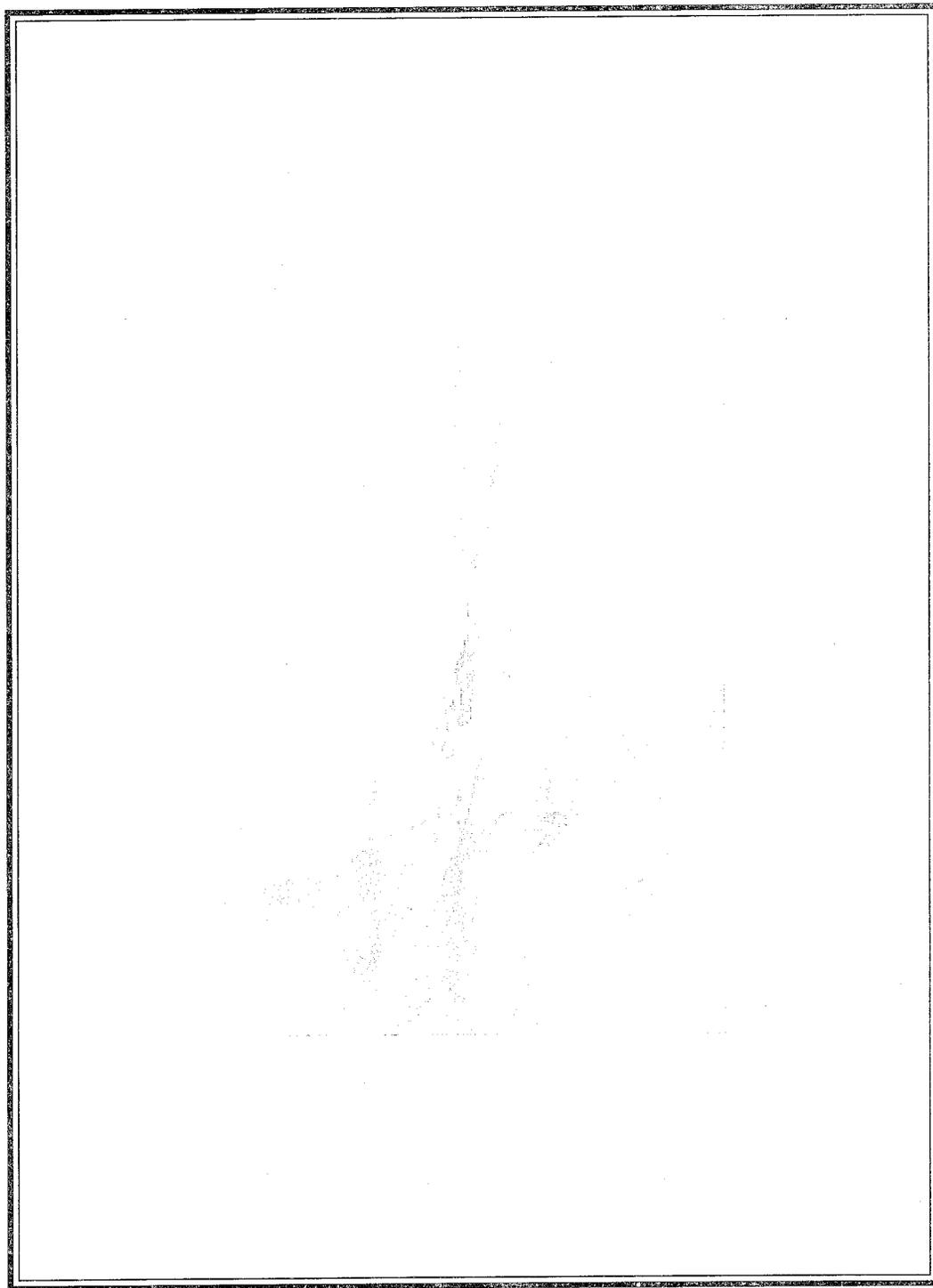
Terá ficado claro que, a certa altura, se torna difícil separar os argumentos destas duas teses e isso talvez apenas signifique que ambas estão correctas ou que, em espaços e tempos alternativos, haja outras explicações plausíveis.

Deixamos, de qualquer modo, uma bela e sugestiva imagem da cidade de Tinden. É uma cidade pequena, com uma configuração circular, cujas ruas se estendem a partir de um centro, que forma uma pequena praça, criando imagens geométricas. Cada prédio tem dois andares e as ruas são em terra batida, da cor do barro. As cores predominantes desta cidade são, aliás, o ocre, o amarelo e o bege, que flutuam intermitentemente pelo local, ocasionando uma atmosfera de luminosidade difusa. O calor abafa os ruídos dos animais e os sentimentos das pessoas. Fica assim a memória do cheiro de uma água, que nunca mais chega, da baunilha e da canela...

Não podemos revelar directamente a localização desta cidade no mapa da Terra, mas fornecemos uma descrição suficiente para uma investigação. Talvez seja errado, no entanto, procurá-la desesperadamente. 

Mesmo que isto não seja efectivamente assim, deveria sê-lo, em virtude de argumento tão sedutor. Por exemplo, se um homem, chamado Mr. Hyde, é perseguido durante a noite por um grupo de pessoas em fúria, numa ruela dos subúrbios londrinos, em virtude de ter tropeçado numa criança e a ter magoado, terá necessariamente de encontrar refúgio numa casa, cuja porta é identificada com uma placa que diz Dr. Jekyll. Evidentemente, no entanto, tão extraordinário episódio só pode ter ocorrido depois de Stevenson ter escrito o famoso romance *Dr. Jekyll and Mr. Hyde*.

Constable dizia que sempre que pretendia pintar uma paisagem, tinha primeiro que esquecer todas as paisagens que já vira, porque estas se substituíam à paisagem real observada.



Reflexões sobre uma das linhas possíveis de desenvolvimento da Geografia Física no século XXI — os riscos ditos naturais

Fernando Rebelo*

1. QUASE ao mesmo tempo que E. MARTONNE publicava a primeira edição do seu *Traité de Géographie Physique* (1909), SILVA TELLES, médico e climatologista, que, como muito bem explicou O. RIBEIRO (1976), foi, em 1904, o primeiro Professor de Geografia do Curso Superior de Letras de Lisboa, publicava a sua *Goa — Estudo de Geomorfologia* (1910). Diga-se que o termo Geomorfologia era já utilizado, nos finais do século XIX, nos Estados Unidos da América, por contemporâneos de W. M. DAVIS embora, mesmo aí, a primeira revista com essa designação — *Journal of Geomorphology* — só tenha aparecido em 1938, e o primeiro tratado — *Geomorphology*, de LOBECK — no ano seguinte (1939), ou seja, depois de, em Espanha, a tradução castelhana de um pequeno livro do alemão S. PASSARGE ter tido por título *Geomorfología*.

Em Portugal, M. FEIO (1952) doutorou-se em Ciências Geográficas com uma tese intitulada *Evolução do Relevo do Baixo Alentejo e Algarve — Estudo de Geomorfologia*. Também nós (F. REBELO, 1975) utilizámos o mesmo subtítulo para a nossa tese de doutoramento, a primeira tese de doutoramento na então recentemente criada especialidade em Geografia Física: *Serras de Valongo — Estudo de Geomorfologia*. Na mesma especialidade, A. Brum FERREIRA (1978) doutorou-se com *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira — Estudo de Geomorfologia* e, dez anos depois, Lúcio CUNHA (1988) doutorou-se com *As Serras de Condeixa-Sicó-Alvaiázere — Estudo de Geomorfologia*, tal como em 1993, A. Sousa PEDROSA se doutorou com *Serra do Marão — Estudo de Geomorfologia*. Se o trabalho de SILVA TELLES (1910) nada tem a ver com a Geomorfologia no sentido em que hoje se entende esta ciência, as outras cinco teses não oferecem dúvidas quanto a isso e quem as assinou era e continua a ser geógrafo.

2. Segundo A. PITY (1971), Geomorfologia é o estudo (científico) das formas (da superfície) da Terra. Muito antes dele, S. PASSARGE (1931) considerava que a Geomorfologia «estuda o desenvolvimento do relevo terrestre pela acção das forças geológicas», enquanto HJULSTROM (1935) dizia que a Geomorfologia é a «ciência das formas da Terra e dos processos de modelação» (A. PITY, 1971). A explicação das formas passa pelo conhecimento dos processos e a análise destes conduz à conside-

* Universidade de Coimbra

ração das três perspectivas em que tem de ser estudada a Geomorfologia — estrutural, dinâmica e climática. Jean TRICART, que as apresentou em livros separados do seu *Précis de Géomorphologie* (1968, 1977 e 1981), não deixou de, alguns anos antes, dizer muito claramente que a Geomorfologia «é uma das peças mestras da Geografia Física» (J. TRICART, 1965). Se, além disso, nos lembrarmos do modo como W. M. DAVIS (1899) separava a Geologia da Geografia temos dificuldade em aceitar posições como a de geógrafos belgas da escola de Liège que, nos anos 60, consideravam que a Geomorfologia era a Geologia do Quaternário. A verdade, porém, é que, em Portugal, geólogos doutorados com teses clássicas de Geologia (estratigrafia, sedimentologia ou paleontologia) ou até arqueólogos com teses de doutoramento em História têm vindo a dedicar-se à Geomorfologia. As fronteiras entre ciências são sempre difíceis de colocar e, no caso da Geomorfologia, áreas científicas como Geologia, Biologia, Geografia, Arqueologia, Pré-História e História apresentam uma ligação que não se pode escamotear — as formas da superfície da Terra têm uma base litológica e tectónica que foi trabalhada por processos de erosão relacionados com diferentes tipos de climas que se sucederam no Quaternário chegando até aos nossos dias; e os processos de erosão resultam de agentes como a água ou os ventos, mas também como as plantas, os animais ou o próprio Homem.

3. O geógrafo, pela sua formação, está muito mais à vontade para estudar as formas da superfície da Terra do que outros especialistas. Assim tem sido demonstrado não só no nosso país como em muitos outros, na medida em que não só estuda a Geomorfologia nas suas diferentes perspectivas, integrando-as, como estuda Climatologia, Hidrografia e Biogeografia. Com a Geografia Física igualmente integrada pode estudar os meios naturais, definindo-os nas suas características actuais, apercebendo-se da sua evolução no passado e prevendo cenários para o seu desenvolvimento no futuro. Por vezes, é levado a admitir que neste desenvolvimento podem ocorrer situações susceptíveis de criar problemas ao Homem ou aos seus bens. A noção de risco natural é-lhe, por isso, familiar.

Mas o geógrafo tem outros conhecimentos para além dos que lhe permitem estudar os meios naturais. A Geografia Humana faz parte da sua formação. A noção de vulnerabilidade está intrínseca em muitos dos estudos que faz nessa área. E a verdadeira noção de risco, somatório da noção de «hazard» ou «aléas» com a noção de vulnerabilidade, surge-lhe como aplicação dos seus conhecimentos em numerosas matérias. Antes de mais, é a própria noção de risco natural que se enriquece e que o faz aperceber-se de que esse risco que se diz natural tem muito de humano e apresenta gradações consoante as características da vulnerabilidade (F. REBELO, 1999).

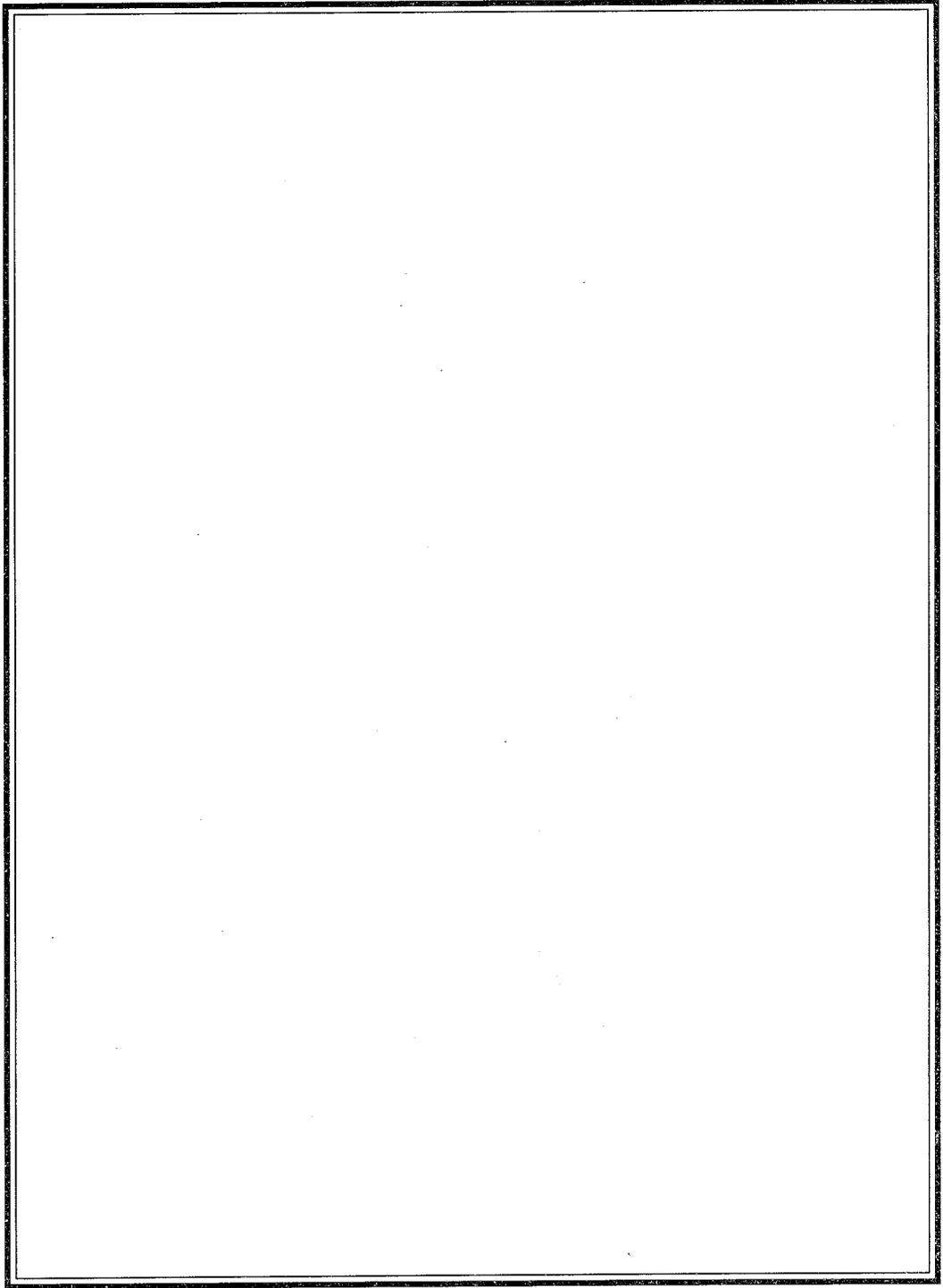
4. O facto de a noção de risco ser uma noção pré-científica, ou seja, uma noção que todos utilizavam antes de se ter construído a ciência que o estudasse, a ciência do risco (Ciência Cindínica ou, talvez melhor, Cindinicologia), tem sido responsável por muitas variantes no tratamento destas questões. Militares, economistas, engenheiros falaram de riscos antes dos geógrafos. Em França, sob o patrocínio da UNESCO, desde há alguns anos que começaram a encontrar-se, entre si e com outros especialistas, e afinar uma linguagem que pretendem comum. Assentaram numa sequência — risco, perigo, crise (L. FAUGERES, 1990) — que hoje começa a ser utilizada cada vez por mais

gente e enquanto alguns deram muita importância à complexidade dos riscos, os geógrafos salientaram mais a noção de bacia de riscos.

Certo, certo, é que esta linha do desenvolvimento da Geografia, particularmente da Geografia Física, no que respeita aos riscos ditos naturais, vai marcar o início do século XXI e, uma vez mais, a Geomorfologia será a base à volta da qual todos os outros conhecimentos dos geógrafos serão necessários e marcarão a diferença. 

BIBLIOGRAFIA

- DAVIS, William Morris (1899), «The Geographical Cycle», *Geographical Journal*, XIV, p. 481-504. Reedit, *Geographical Essays*, New York, Dover Publications, 1954, p. 249-278.
- FAUGÈRES, L. (1990), «La dimension des faits et la théorie du risque», *Le Risque et la Crise*, éd. L. FAUGÈRES, P. VASARHELYI et C. VILLIAN-GANDOSSI, Malta Foundation for International Studies, p. 31-60.
- PASSARGE, Siegfried (1931), *Geomorfología*, Barcelona, Editorial Labor.
- PITTY, Alistair F. (1971), *Introduction to Geomorphology*, London, Methuen and Co.
- REBELO, Fernando (1999), «A Geografia e os estudos de riscos. O exemplo da Geografia Física em Coimbra», *Cadernos de Geografia*, 18 (no prelo).
- RIBEIRO, Orlando (1976), «Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal». *Finisterra*, 11 (21), p. 12-36.
- TRICART, Jean (1965), *Principes et Méthodes de la Géomorphologie*, Paris, Masson.
- TRICART, Jean (1968, 1977, 1981), *Précis de Géomorphologie. 1. Géomorphologie Structurale; 2. Géomorphologie Dynamique Générale; 3. Géomorphologie Climatique*, Paris SEDES.



Arqueologia e Geografia

Francisco Sande Lemos*



recurso a conceitos e modelos geográficos, no âmbito dos projectos de investigação em Arqueologia já justificou uma tese de mestrado, apresentada na Universidade do Minho por Ramiro Pimenta. O núcleo essencial da tese foi, posteriormente, impresso sob a forma de livro, intitulado *Paradigmas Geográficos em Arqueologia*, editado em 1996.

Curiosamente, Ramiro Pimenta, licenciado em Geografia e mestre em Arqueologia (ramo Arqueologia da Paisagem) foi preterido num concurso a assistente universitário, com a alegação de que o seu grau de mestre se inseria numa área disciplinar distinta da licenciatura (Geografia).

Assim vai a interdisciplinaridade nas Universidades Portuguesas...

Assim se entende porque motivo as Universidades do nosso país se tendem a cristalizar em saberes circulares, fechados sobre si.

Mas, se haverá geógrafos que se encolhem nos seus casulos, não é menos verdade que, paralelamente, não faltam arqueólogos e historiadores que movimentam povos, estabelecem rotas e caminhos como se o espaço fosse um plano liso, uma folha de papel em branco. Sobre estes investigadores, ou autores, para os quais o espaço é um vazio em que exercitam piruetas históricas, ou desenham movimentos especulativos em passados distantes, destituídos da mais elementar noção de volume e geometria do globo terrestre, pouco há a dizer. Produzem ficção histórica, alimentam mitos, por vezes com inesperado sucesso.

Convém, aliás, sublinhar que a Arqueologia não estuda monumentos, como habitualmente se imagina, mas que investiga o passado material. Estuda, por exemplo, a rede viária romana nos contextos em foi organizada e mantida, bem como quadros geomorfológicos em que o seu traçado foi estabelecido. Estuda-a, também, como estruturas que se inserem em tempos de longa duração, já que a maioria do estradas romanas foi utilizada até meados do século xx, em Portugal.

Quando morrem, ou seja, perdem a sua funcionalidade, constituem-se como memória e passam ao honroso estatuto de monumentos. A conservação desses monumentos, a sua divuigação, ainda são questões do domínio da Arqueologia, mas de um sector muito específico, habitualmente designado como Gestão do Património Arqueológico.

* Arqueólogo

Fechado este breve parêntesis, regressamos à relação Geografia-Arqueologia. Afirmámos que há arqueólogos que lidam com o espaço como se este fosse um plano liso, sem relevos, sem cursos de água, sem revestimento arbustivo, ou arbóreo. Ou que ignoram, por completo, a história do clima.

Por outro lado, existem arqueólogos que importam modelos geográficos com o mesmo automatismo com que se transfere uma tabela de uma folha de cálculo para uma base de dados, por exemplo.

Felizmente, regista-se um número crescente de arqueólogos que recorrem aos modelos geográficos com ponderação e escrúpulo. A tese de mestrado supracitada analisou um conjunto de dissertações de doutoramento em Arqueologia apresentadas nas décadas de 80 e 90, por forma a determinar o impacte dos modelos da Geografia na «New Archaeology» e na Arqueologia processualista. No âmbito destas arqueologias a análise do espaço é um vector importante e recorre a diversas técnicas como os modelos dos polígonos de Thiessen, ou os chamados territórios teóricos dos povoados, aplicados de forma linear em círculos, cujo centro é o *habitat*, ou adaptados ao relevo, para um cálculo mais rigoroso das distâncias pedestres.

De qualquer modo, esta aplicação a tempos passados de modelos construídos no presente não deixa de ser complexa e, por vezes, equívoca.

Sobre as virtudes e debilidades deste interface da Arqueologia com a Geografia, é elucidativo o pequeno livro de Ramiro Pimenta.

Por outro lado, a Arqueologia, como disciplina científica, tem limites.

Devido ao silêncio das materialidades, em que assenta a formação dos conhecimentos, o discurso arqueológico tende a ser efêmero e datado, ideológico, resvala para o domínio da mitologia, e, mesmo, subsiste apenas como narrativa encantadora, mas fantástica e inóqua. Ou não transcende o nível descritivo, ou seja, a esfera do que se designa por arqueografia.

Para resistir à erosão do tempo, para que possa persistir para além das contingências epistemológicas ou sociais, o saber arqueológico dispõe de várias âncoras, entre as quais se podem evocar o estudo das colecções de material, a análise da correlação espacial das estruturas descobertas, o estudo das unidades estratigráficas.

Mas, uma das âncoras mais sólidas, para lá das análises espaciais, é o território, o espaço moldado pelo tempo humano.

Neste caminho da construção do saber arqueológico e dos possíveis discursos, a influência da Geografia tem sido criativa. Mais do que os modelos geográficos das escolas anglo-saxónicas, que se difundiram na Arqueologia portuguesa na década de 80, as leituras profundas do espaço garantem solidez e perduração.

Para citar um exemplo cumpre destacar que a obra de Bouhier, *La Galice: essai géographique d'analyse et interpretation d'un vieux complexe agraire* (1979), teve uma influência decisiva nos estudos de arqueologia na Galiza e, em particular, no âmbito da Arqueologia da Paisagem, cujo principal porta-voz é Filipe Criado Boado (entre os diversos textos deste investigador e da sua equipa o mais conhecido será, talvez, o livro, *Arqueología del Paisaje. El área Bocelo-Furelos entre los tiempos paleolíticos y medievales*, editado em 1991, pela Xunta de Galicia).

Em Portugal a obra de Orlando Ribeiro continua a ser um marco fundamental.

Na verdade, sabe-se, hoje, que não houve uma Revolução do Milho, que teria alterado a paisagem de Entre Douro e a Galiza, na Idade Moderna. Com base em

estudos de história agrária e trabalhos arqueológicos recentes, verificou-se que o sucesso do milho mais não se deveu apenas à sua maior produtividade, mas, em especial, a já ter encontrado uma morfologia de organização do espaço favorável, em terraços irrigados, com solos húmidos, ocupados pelo milho miúdo e pelo linho. Foi neste sistema que o milho mais prosperou. Admite-se, por ora, que a organização desse sistema de terraços esteja associada ao desenvolvimento dos povoados da Idade do Ferro, habitualmente designados como castros.

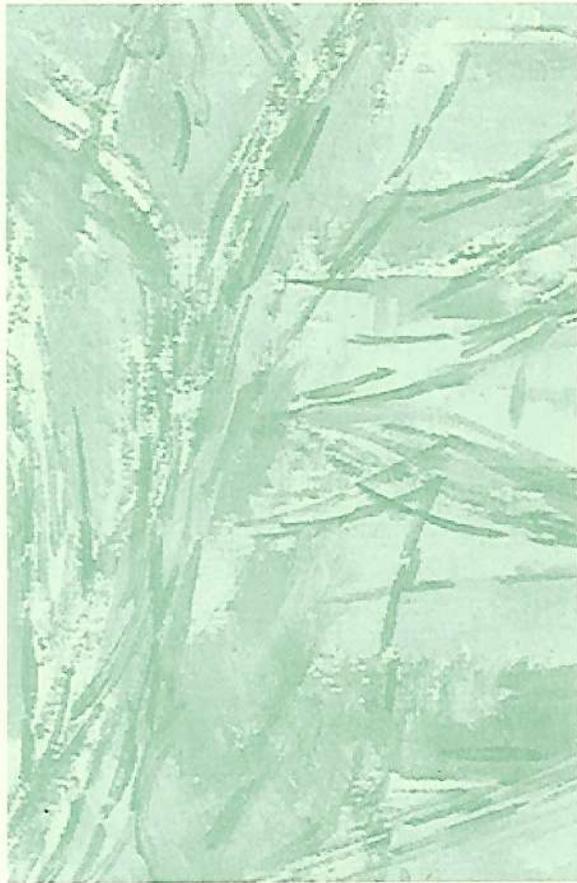
Porém, independentemente da cronologia exacta do sistema, o que importa destacar é a extraordinária capacidade de Orlando Ribeiro para ler a organização do espaço, para definir a estrutura da paisagem, desenhando, em termos claros e incisivos, as suas linhas-mestras. Legou, deste modo, uma metodologia criativa, em que se investigam as relações entre a comunidade e o território, bem como os cruzamentos entre o espaço e o tempo nas suas diferentes escalas, sem a rigidez de modelos.

Actualmente, no quadro da Arqueologia portuguesa, o panorama é instável, com diversas correntes.

Pela nossa parte, entendemos que, sem desprezar os avanços proporcionados pelos modelos operativos instalados na década de 80, ou das novas técnicas poderosas de leitura do espaço, como os SIG, tanto a Arqueologia como a Geografia confluem para uma incontestável evidência (que nenhum progresso cognitivo parcelar pode iludir): as sociedades e as comunidades estabeleceram-se e viveram no tempo e no espaço, em diversas escalas e a diferentes ritmos. Ontem, como hoje.

Não flutuam, ou flutuaram, em universos abstractos. Viveram, trabalharam e produziram num determinado território.

Não é um axioma neo-positivista. Apenas a constatação de uma evidência. E sem evidências, ou «corpo de delito», não há crime; por outras palavras, não há ciência.



Problemas actuais da área costeira — o Grupo do Litoral/GEOTA¹

Helena Simões*

O GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, é uma associação de defesa do ambiente de âmbito nacional. Organicamente é constituído por vários grupos de trabalho que, directa ou indirectamente, efectuam trabalhos em determinados espaços, variando o âmbito da sua intervenção da escala local à nacional e, pontualmente, a nível internacional. Um dos grupos de trabalho desta associação é o Grupo do Litoral, que tem como objectivo alertar a comunidade para os problemas actuais da área costeira e para a necessidade da sua protecção e conservação. Este grupo coordena, a nível nacional, um projecto denominado «Coastwatch Europe» que, pela sua abrangência territorial e pela regularidade das suas observações, assume particular importância.

Este projecto de âmbito europeu desenvolve-se, actualmente, em 23 países, onde se procede à caracterização ambiental da faixa costeira *in loco*, através do preenchimento de um questionário por cada troço de 500 m, em blocos de 5 km, na época pós-balnearia. O trabalho de campo, baseado na observação directa, constitui, portanto, uma fase fundamental deste projecto, donde resulta um melhor conhecimento do espaço, particularmente da linha de costa, nomeadamente para aqueles que estão directamente envolvidos no levantamento dos dados. O facto de a observação ser efectuada por unidades de 500 m, marcadas pelos observadores num mapa de escala 1:25 000, implica a definição de pontos de referência, e, como tal, um conhecimento do terreno de que não se dispunha anteriormente. Por outro lado, os vários colaboradores tomam consciência de determinados aspectos que, anteriormente, e apesar de na maior parte das vezes conhecerem a região, lhes passavam despercebidos ou lhes eram mesmo indiferentes.

Tanto a nível internacional como nacional, o Coastwatch tem desenvolvido sempre uma forte componente de Educação Ambiental, envolvendo inúmeras escolas. Nesta perspectiva são acompanhados ao longo do ano diversos projectos de Educação Ambiental desenvolvidos, quer no âmbito da Área-Escola quer integrados nos currículos disciplinares, permitindo o aprofundar de conteúdos que, por vezes, leccionados de

* Professora requisitada no âmbito do projecto «Coastwatch Europe».

¹ GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
e-mail: geota@mail.telepac.pt

uma forma meramente teórica, não atingem os objectivos na sua globalidade, nomeadamente na óptica da participação activa do cidadão, cada vez mais considerada fundamental. Os aspectos referidos, bem como o inerente desenvolvimento da sensibilidade na percepção e na apropriação do espaço podem e devem ser entendidos como um contributo para a promoção do desenvolvimento sustentável do litoral. Este projecto apresenta, portanto, fortes potencialidades na área da Educação Ambiental, pelo que, numa primeira fase do seu desenvolvimento, a divulgação e envolvimento das escolas que se situam junto ao litoral, ou em áreas adjacentes, constitui a primeira prioridade, nomeadamente através de acções de sensibilização e esclarecimento para professores e alunos.

Apesar do ênfase dado à participação das escolas, através do grupo turma, é de realçar a colaboração de muitos jovens que, voluntariamente, aderem ao projecto, através das associações que coordenam um determinado troço da faixa litoral. Também para eles a «exploração» do terreno se constitui como uma forma de aprendizagem, embora informal, e simultaneamente como uma tomada de consciência da realidade que os rodeia permitindo-lhes a prática da cidadania de uma forma mais consistente.

Várias associações regionais são, também, coordenadores regionais, pelo que têm um papel essencial na implementação do projecto, quer pelo apoio que prestam às diferentes escolas quer, ainda, pela sensibilização que exercem, e que permite a participação de inúmeros colaboradores.

Depois de recolhidos todos os questionários são elaboradas as bases de dados nacional e internacional procedendo-se, então, ao tratamento dos dados.

As bases de dados e os resultados estão acessíveis ao público, e são divulgados, quer na imprensa quer em relatórios anuais distribuídos a instituições nacionais e estrangeiras.

Em termos globais, podemos referir que os objectivos do projecto são os seguintes: recolher dados sobre as características das zonas de costa de cada país e também sobre os principais problemas ambientais que as afectam; elaborar uma base de dados nacional e internacional actualizada, ano a ano, sobre o estado do litoral; fornecer aos órgãos de decisão local, nacional e internacional elementos que contribuam para a gestão sustentada de uma área particularmente sensível, para a recuperação de zonas degradadas e para a prevenção das áreas sensíveis; alertar e sensibilizar a população para os problemas ambientais da faixa costeira e para a urgência da sua protecção. 



Perspectivas e conceitos, problemas e soluções: Lições a retirar da história da geografia

João Ferrão*

1. Geografia: um património diversificado

Ao longo da sua história de mais de 100 anos, a geografia moderna desenvolveu e recorreu a distintas *perspectivas* e a diferentes *categorias conceptuais* para analisar e, eventualmente, transformar o mundo. Do primeiro ponto de vista, isto é, das perspectivas que moldam o olhar dos geógrafos, há duas visões recorrentes — a visão morfológica e a visão de fluxos — e uma terceira de emergência mais recente — a visão cognitiva — que tendem a dominar a produção científica e as propostas de acção provenientes da área da geografia. Do segundo ponto de vista, ou seja, das categorias conceptuais, há quatro conceitos que, de certo modo, resumem a própria história do pensamento geográfico moderno — zona, região, espaço e território — e que, naturalmente, se associam, de forma desigual, às perspectivas anteriores.

Entender estas várias perspectivas e categorias conceptuais, na sua história e no modo como hoje se podem complementar e enriquecer reciprocamente, é importante, dado que esta compreensão alargada permite tirar melhor partido de conhecimentos e capacidades já disponíveis e, ao mesmo tempo, abrir novas fronteiras de saber, relacionamento interdisciplinar e acção.

2. As três perspectivas dominantes: formas, fluxos, representações

A perspectiva que mais contribuiu para consolidar a geografia como corpo teórico e institucional coerente e autónomo foi, sem qualquer dúvida, a que se baseia numa *visão morfológica*. Ao geógrafo interessa, neste caso, identificar, descrever, compreender e interpretar *formas* do mais diverso tipo, do relevo à malha urbana, do povoamento à ocupação agrícola do solo. A *paisagem*, na sua diversidade de elementos, surge, neste contexto, como objecto de estudo privilegiado e como factor unificador de cada caso analisado e, mesmo, da própria geografia. A perspectiva morfológica é, basicamente, empírica, e recorre, com frequência, a uma linguagem de tipo morfo-

* Instituto de Ciências Sociais e Universidade Atlântica.

funcional, em que as formas empiricamente detectadas são, no essencial, explicadas através de argumentos de tipo funcional.

Também o *estudo dos fluxos* corresponde a uma perspectiva com larga tradição em geografia. Numa primeira fase, esta visão complementava a perspectiva morfológica, enquadrando-a do ponto de vista físico (grandes sistemas de circulação de correntes marítimas e aéreas, por exemplo) e humano (fluxos de povoamento, rotas comerciais, influências culturais, etc.). A distinção, no estudo das aglomerações, entre sítio e posição reflecte, com particular clareza, o carácter complementar destas duas perspectivas. A própria diferenciação entre Geografia Geral e Geografia Regional traduz, em alguns aspectos, a necessidade de articular as morfologias concretas de diferentes unidades geográficas com as grandes dinâmicas interactivas.

A visão de fluxos torna-se, no entanto, prevalecente ou mesmo exclusiva no período de domínio da chamada «Nova Geografia». A passagem de uma geografia de lugares a uma geografia de fluxos, como alguns autores então advogaram, reflectia, não só o reconhecimento de que as condições de mobilidade e circulação de pessoas, bens e ideias tinham mudado radicalmente mas também a adopção de um novo paradigma científico e, conseqüentemente, de novos critérios de cientificidade. A visão naturalista da geografia, prevalecente até então, vai ser substituída por uma visão geometrizante do espaço, em que, no limite, qualquer fenómeno a estudar poderá ser reduzido a um conjunto de pontos, linhas e áreas a serem analisados recorrendo às leis da Física.

Cerca de 20 anos mais tarde, a expansão vertiginosa das novas tecnologias de informação e comunicação, a intensificação dos fenómenos de globalização e a generalização das tendências de desregulação dos mercados vieram trazer um terceiro fôlego, e, sobretudo, uma nova natureza à análise de fluxos. Por um lado, a intensificação de espaços virtuais baseados em redes com as mais diversas configurações espaciais e com graus de estabilidade e durabilidade também muito diferenciados vem introduzir questões completamente novas. Por outro lado, o debate sobre o significado e os impactes da globalização e da desregulação dos mercados implicou a revalorização das interacções entre dinâmicas gerais e locais e, por esta via, reintroduziu o reconhecimento da necessidade de se desenvolverem, simultaneamente, análises de fluxos e de formas. Reedita-se, assim, uma velha preocupação da geografia moderna, entretanto submergida pela voracidade da tendência racionalista da «Nova Geografia», ou melhor, dos contextos socioeconómicos e científicos em que esta se desenvolveu.

Dada a importância das ideias positivistas tanto no nascimento da geografia académica moderna como nas primeiras fases da sua expansão, não espanta que as perspectivas recorrentes — privilegiando a análise de formas, de fluxos ou de ambos os aspectos — sempre tenham procurado garantir critérios científicos de «objectividade». Os fenómenos estudados pela geografia correspondem a realidades externas existentes, independentemente do conhecimento que delas temos ou da sua maior ou menor visibilidade empírica. A visão naturalista das primeiras décadas da geografia moderna e a visão neopositivista da «Nova Geografia» partilham esta ideia — diríamos, esta crença — de objectividade científica.

Apenas nos anos 70 surgem as primeiras críticas estruturadas a este entendimento. À existência objectiva de uma realidade externa adicionam uns, e opõem outros, o *mundo subjectivo das percepções e representações individuais e colectivas*. A realidade geográfica é, também (e, para alguns, basicamente), um produto das nossas construções mentais. É, por isso, fundamental compreender o modo como os valores, as atitudes e os comportamentos condicionam e simultaneamente são condicionados pelas diferentes realidades geográficas. Estas não correspondem apenas a palcos, que importa conhecer para melhor compreender as situações que aí se desenrolam, ou a espelhos, que reflectem fisicamente factores e processos de índole diversa. As realidades geográficas são também construções mentais, sujeitas, por isso, à interferência de mecanismos cognitivos e simbólicos que as perspectivas modernas «tradicionais» que privilegiavam a análise de formas e de fluxos dificilmente incorporavam como factor relevante.

3. As quatro categorias conceptuais dominantes: zona, região, espaço, território

Uma leitura, ainda que em diagonal, da produção científica que mais marcou a evolução do pensamento em geografia revela que existem determinadas categorias conceptuais que ocupam uma posição central em certos períodos. Mais do que um efeito de moda, que certamente também existirá, esta evolução reflecte alterações mais ou menos profundas em termos de concepções científicas. A tetralogia zona/região/espaço/território constitui um exemplo excelente desta afirmação.

Para os geógrafos, o conceito de *zona* associa-se a variações em latitude de fenómenos tanto de natureza física como humana. Trata-se de uma categoria conceptual que associa a perspectiva morfológica e a perspectiva de fluxos, e que valoriza uma escala planetária considerada indispensável para uma melhor compreensão de realidades de âmbito geograficamente mais restrito.

A categoria conceptual *região* privilegia a dimensão morfológica. Uma região geográfica corresponde à área de extensão de um determinado tipo de *paisagem*. Mais do que em qualquer outro caso, encontramos aqui, em toda a sua evidência, as virtualidades, mas também os limites, da visão empírica baseada na observação directa dos «precipitados geográficos», isto é, das marcas materiais das sociedades, das suas culturas e das suas economias.

A categoria conceptual *espaço* traduz a visão geometrizar típica do neopositivismo da «Nova Geografia». Trata-se de um espaço estruturado por fluxos, sobretudo de pessoas e bens, de que o conceito de *área de influência* de um estabelecimento ou de uma aglomeração constitui o exemplo paradigmático. Corresponde a uma leitura mais funcional do modo como espaços diferentes podem ser organizados e geridos. A categoria conceptual *espaço* é, de facto, pensada mais numa óptica de acção do que de compreensão aprofundada e integrada de realidades específicas. A sua utilidade no domínio do ordenamento e do planeamento é indiscutível. Enquanto instrumento científico, o seu poder explicativo é limitado.

Finalmente, a categoria conceptual *território* procura exprimir uma visão mais ampla das realidades existentes, tanto do ponto de vista dos contributos disciplinares como da integração de elementos objectivos e subjectivos. Concilia, portanto, as perspectivas morfológica, de fluxos e cognitiva, valorizando como elemento central as *questões culturais* num quadro crescentemente marcado pela intensidade e diversidade de interacções entre dinâmicas da natureza geograficamente mais circunscrita e dinâmicas de natureza global. Rejeita a visão demasiado naturalista subjacente ao conceito de região geográfica, mas partilha com ele um leque significativo de preocupações. Recusa a perspectiva geometrizante subjacente ao conceito de espaço, mas acolhe a tradição de acção por ele criada.

4. Aprender com o passado

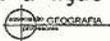
Que ilações podem ser retiradas, como profissionais e cidadãos, do conjunto de observações anteriormente expostas?

Tolerância e *selectividade* são, talvez, as palavras-chave da resposta à questão colocada.

A tolerância e a abertura científicas constituem dois ingredientes essenciais de exposição à aprendizagem, porque é basicamente com os outros, e através dos outros, que mais aprendemos. Conhecer o modo como a diversidade de concepções e conceitos contribuiu, ao longo da história da geografia e da ciência em geral, para iluminar determinados aspectos e ocultar outros, para definir hierarquias e prioridades, para resolver problemas e criar novas situações críticas, é essencial como antídoto eficaz ao combate de verdades definitivas e exclusivas.

Esta postura de tolerância e abertura científica não deve, no entanto, ser confundida com um eclecticismo acrítico, incapaz de seleccionar, de optar, de se diferenciar. A tolerância e a abertura científicas apenas têm sentido num contexto de debate em que se confrontem ideias fortes e claras. Deste ponto de vista, o pensamento geográfico tem um espólio suficientemente rico que seria lamentável desperdiçar.

A adequação e a utilidade dos instrumentos teóricos e metodológicos disponíveis dependem dos objectivos visados. Entre o despotismo iluminado das grandes teorias definitivas, marcado pela oposição maniqueísta entre visões consideradas correctas e perspectivas classificadas como erradas, e a pequenez do relativismo generalizado, em que todas as visões, pelo simples facto de existirem, são igualmente meritórias, deve haver um vasto espaço de debate, inovação, experimentação. Há problemas à procura de soluções. Há também soluções à procura de problemas. Como profissionais e cidadãos, devemos contar (também) com a geografia para estabelecer as pontes necessárias.

A adequação e a sustentabilidade das pontes a construir dependem, naturalmente, da nossa capacidade teórica, das perspectivas utilizadas, dos conceitos a que recorreremos. É essa a lição a retirar dos que nos precederam. É esse o repto que não se deve evitar. 



Espaços da visão

João Nuno*

A pintura, o desenho, a fotografia, a colagem, entre outras formas de expressão, desenvolvem-se num plano de maior ou menor dimensão, limitado ou não por quatro linhas. A este plano bidimensional estão associadas duas referências métricas, uma largura e um comprimento.

Falar do desenvolvimento do «*espaço*» num plano, implica desde logo uma relação entre a imagem aí colocada e o espaço envolvente, ou seja, uma relação *forma-fundo*. Penso ser esta uma das primeiras ideias a reter quando alguém olha para um espaço; é fundamental para a boa compreensão e leitura, o facto de o observador encontrar, quase como por instinto, a diferença entre a forma representada e o espaço envolvente.

Quando observarmos a figura 1, podemos ter duas leituras, uma forma negra sobre fundo branco ou uma forma branca sobre fundo negro. Existe uma ambiguidade espacial.



Fig. 2

* Pintor

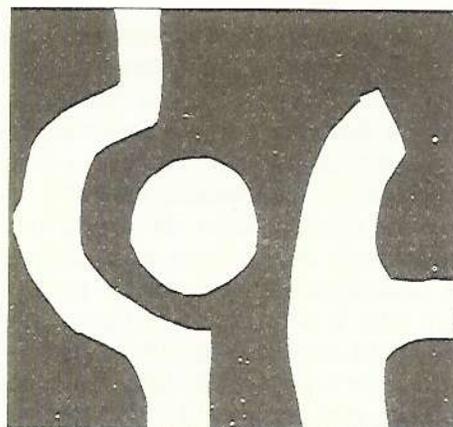


Fig. 1

Esta alternância está presente na caligrafia japonesa, realizada com um pincel de cana, na figura 2, onde é possível observar a ténue diferença entre forma e fundo — positivo e negativo.

Assim, podemos levantar uma questão algo pertinente: o que será mais importante para a compreensão da imagem? A *forma*, o *fundo*, ou uma *dialéctica entre os dois*?

Vamos falar da forma, um espaço fechado, recortado num fundo, comparando as duas imagens (figuras 3 e 4).



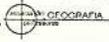
Fig. 3

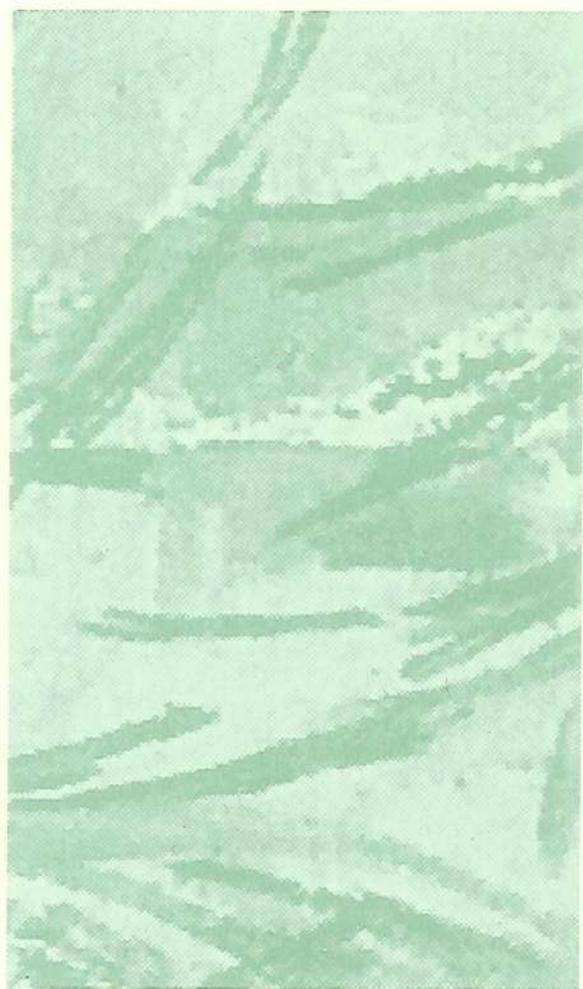


Fig. 4

Ambas representam figuras humanas, ocupando um espaço quase idêntico dentro do retângulo. A sua diferença reside na mobilidade espacial utilizada pelo artista na altura da feitura da obra. Se atentarmos na imagem da esquerda, verificamos que o artista desenha a figura captando um só ângulo da mesma, estando esta imóvel numa determinada posição. Também o artista está fixo num determinado lugar, não existe por parte deste, mobilidade espacial.

Na representação da direita tal não acontece, pois existe mobilidade de ambos. Reparemos que a figura está representada em duas posições, simultaneamente. Quando a observamos e ocultamos a parte esquerda do rosto que corresponde a uma narina, um olho e uma orelha, a figura parece estar de perfil; se taparmos, a parte de baixo do rosto que corresponde à boca e ao queixo, a figura parece estar de frente. Subsequente a esta mobilidade de representação, existe a mobilidade espacial e mental do artista, que representa numa mesma figura duas realidades visuais diferentes, ou seja, deixa de estar preso a um único ângulo de representação, passando ele a mover-se em torno do objecto representado.

Todas as coisas têm dois aspectos: o *habitual*, que toda a gente vê, e que pertence a grande parte dos observadores de todos os dias e o *poético*, o *mágico*, que é património de alguns indivíduos. Uma obra de arte, deve «contar» algo que passa para além da aparência exterior da representação observável por toda a gente. O belo ultrapassa o motivo da representação para se tornar, ele próprio, na sua própria representação. 



Redescobrir a Geografia¹

Jorge Gaspar*

ESTA tem sido uma ideia recorrente ao longo da história bi-milenar de uma área do saber que se renova à medida que o seu próprio objecto de estudo se transforma e a(s) nova(s) geografia(s) corresponde(m) de facto a outras tantas redescobertas da Geografia.

Todos sentimos que vivemos num desses momentos, não só pelas novas abordagens e novos temas que os geógrafos têm vindo a trabalhar com boa aceitação por parte da comunidade mas também pelo uso pluridisciplinar de palavras-chave do léxico geográfico: território, paisagem, lugar, geografia, cartografia, etc.

A globalização, nas suas várias dimensões, e a crescente mobilidade — virtual e real — dos humanos, leva-nos a procurar referências, âncoras ou marcos, que permitam «amarrar» as navegações. Daí a procura — no plano real ou metafórico — dos mapas, das paisagens, dos sítios, dos lugares.

Da tomada de decisão, nos mais variados domínios e níveis de intervenção, à aproximação e ao diálogo com o próximo, a Geografia constitui a chave para as referências — aproximando ou afastando. O onde e o porquê ali, são questões recorrentes da nossa vida, através do quotidiano.

A Geografia permite o ordenamento inteligível das pessoas e das suas acções, dos grandes empreendimentos aos pormenores de múltiplas rotinas. A Geografia possibilitou sempre as navegações dos espaços.

O Homem é um ser eminentemente geográfico como tão bem nos mostra Robert D. Sack, no primeiro parágrafo da sua obra *Homo Geographicus*. «Nós, humanos, somos seres geográficos, transformando a Terra e fazendo dela uma casa, e este

¹ Título inspirado no livro *Rediscovering Geography—New Relevance. for Science and Society*, National Research Council, National Academy Press, Washington, D.C., 1997.

* Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa.

mundo transformado afecta quem nós somos. Ser geográfico é inescapável — não necessitamos de ter consciência disso.»²

O pós-modernismo favoreceu a centralidade do universo geográfico, na medida em que se encontraram aqui muitas respostas para as novas preocupações e atitudes. Olhando a arte, a literatura ou a filosofia, observa-se o fascínio por conceitos como os de fronteira, de viagem, de nomadismo, de margem, de inclusão e exclusão, que há muito fazem parte da gramática geográfica.

A Geografia como disciplina fundamental na formação dos cidadãos

A importância da Geografia na formação do cidadão decorre de vários factores, em que sobrepõem a necessidade de conhecer a **casa**, o mundo em que vivemos — mas isso não é substituível, como se tem pretendido, por uma **ecologia do Homem** ou por uns ainda mais redutores **estudos ambientais**.

O valor da Geografia na formação dos cidadãos, ainda mais do que na sua utilidade analítica e preditiva, reside no facto de constituir um campo de integração de saberes, sob um chapéu muito simples, muito óbvio, que é o Planeta em que vivemos. E é essa integração, permanentemente actualizada, que deverá ser facilmente legível e adequada à ancoragem de novos saberes.

A Geografia na formação dos cidadãos é, não só o caminho para amar a terra e os lugares como para o conhecimento do **eu** e do **outro**: nas suas múltiplas dimensões — do quem, do como, do quando e do onde.

A Geografia e o ordenamento do território

A Geografia constitui tanto um espaço de intervenção científica — ciência e objecto fundem-se — como um espaço de intervenção política, no sentido em que pode propor e apoiar medidas que vão alterar o seu próprio objecto de estudo: o território.

A **Geografia** foi sempre «chamada» a aplicar os seus conhecimentos, não tendo criado um **campo de intervenção natural**, subsidiário da sua produção teórica, como as físicas e as químicas relativamente às tecnologias. Do mesmo modo, a Biologia, embora esta tivesse esperado mais tempo para que criasse os seus **campos de intervenção natural** que, frequentemente, foram disputados e confusos: agricultura, pescas, produção animal, patologias dos seres vivos... paisagismo...

² R. D. Sack, *Homo Geographicus—A Framework for Action, Awareness and Moral Concern*, the John Hopkins University Press, Baltimore and London, 1997, p. 1.

Ora a **Geografia — Ciência, Arte e Técnica** (Henri Baulig) — favorece, em dados momentos, uma destas facetas em consequência das procuras (das oportunidades), do desenvolvimento de outras disciplinas, e, talvez acima de tudo, das transformações que o processo social e político impõe (arrasta) no território.

Nos seus primórdios, foi pelo desenvolvimento do seu campo científico, alargado, integrado e sincrético, que os **geógrafos** — os membros da família geográfica (que iam adquirindo as designações das áreas em que se especializavam: geómetras, cartógrafos, corógrafos) foram sendo chamados a prestar serviços — na guerra, na navegação e comércio, no fomento e no povoamento: isto é, no **ordenamento do território**.

Desde muito cedo, geómetras, cartógrafos e corógrafos apareceram associados, muito próximos do poder, sobretudo político, mais do que do económico.

O ordenamento do território constitui um processo contínuo cuja finalidade é orientar a acção do Homem sobre a superfície da Terra. É a permanente construção e reconstrução da Geografia. Por isso, o saber dos geógrafos representa uma valência fundamental para a boa condução desse processo.

O recente incremento da globalização e as consequentes acções de regionalização (formação de macro-regiões através da integração de vários estados) e de localização (que podem assumir diferentes formas e dimensões territoriais: países, meso-regiões, municípios...), abriram oportunidades e novas perspectivas para o desenvolvimento da Geografia, quer enquanto disciplina científica quer enquanto domínio essencialmente técnico.

*

* * *

Inúmeras tarefas aguardam os geógrafos nos próximos anos, decénios. Mais do que nunca se impõe um esforço de integração de saberes e de articulação de escalas, o que significa a renovação da disciplina no sentido da actualização da sua essência de sempre. Pensar global e actuar local, tendo as **mesoescalas** como referências fundamentais, faz parte do método geográfico.

Não se trata aqui de um «regresso», seja ao que for, e, muito menos, da reposição da Geografia Regional, mediada através da leitura das paisagens. Estas, na sua multidimensionalidade, além de constituírem uma referência identitária do ser humano, que assistiu no último quarto de século a transformações vertiginosas no seu quadro de vida — da escala planetária à «nossa» intimidade do lar, também funcionam como um «**marcador**», que faculta leituras factoriais do comportamento dos sistemas territoriais.

Alguns geógrafos, mais críticos, deixam-se levar pela onda dos que, por incapacidade de assimilar a natureza geográfica de tudo o que toca directamente o ser humano na sua vida ao longo do tempo e do espaço, duvidam da pertinência actual da Geografia e da sua capacidade de *aggiornamento*. E, no entanto, chovem as evidências e a «novíssima geografia» emerge como um conceito e uma prática cada dia mais embebida no quotidiano das gentes. 



Metodologias de planeamento da qualidade. Como implementá-las no ensino

Mário Rui Nunes Mateus*

BREVE REFLEXÃO

Introdução

A experiência que tenho adquirido no Instituto Geográfico do Exército enquanto membro do Gabinete da Qualidade e Ambiente, que tem por tarefa a implementação de um Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente com o intuito de obter a certificação nas normas ISO 9001 e 14001, permitiu-me extrapolar algumas ideias para a área educativa, pois também exerço tarefa docente, como professor do ensino básico em escola integrada no sector privado e cooperativo, em Lisboa.

Tendo em atenção as elevadas taxas de abandono escolar, reprovação e falta de preparação técnica e académica de uma faixa significativa da população para as exigências do mercado de trabalho, aliadas aos elevados recursos despendidos pelas famílias e por parte do Estado em relação à Educação, sou levado a pensar que o Sistema Educativo não está a funcionar bem. A disfunção do Sistema Educativo face às exigências da realidade (por demais já discutida), justifica a apreensão por parte de todos os intervenientes sobre que Qualidade de Ensino e de escolas existe, se é que existe.

É de notar que os países mais desenvolvidos, já consciencializados sobre este problema, têm vindo a apostar de uma forma crescente na educação pré-escolar, dado reconhecerem que é neste grau de aprendizagem que se constrói uma atitude favorável perante a escola e a sociedade, que será fundamental para a educação das crianças ao longo das suas vidas, visto que é aí que são determinadas as competências sociais e académicas dos indivíduos. No entanto, não basta investir na educação pré-escolar para melhorar o Sistema Educativo, mas também reestruturar o ensino básico, secundário e universitário.

É neste contexto que um Sistema de Gestão da Qualidade pode trazer resultados francamente positivos para as escolas. A sua aplicação no funcionamento de uma escola ou como o processo ensino/aprendizagem se processa, bem como a definição por parte da Comunidade Educativa no seu conjunto (pais, professores e alunos) desde a fase de concepção do que representa para ela a Qualidade no ensino, vai preencher

* Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Chefe da Secção de Arquivo de Informação Geográfica e membro do Gabinete da Qualidade e Ambiente do Instituto Geográfico do Exército. Professor de Geografia, do ensino básico.

a satisfação das expectativas e necessidades de todos os intervenientes, proporcionando assim um bem-estar e Qualidade educativa.

Para isto, é possível, através de metodologias de planeamento da Qualidade, definir um produto (escola) capaz de harmonizar interesses diversos, sendo o desempenho do mesmo determinado e avaliado em função da sua capacidade de resposta face às expectativas e necessidades esperadas pela Comunidade Educativa.

A construção de uma definição adequada de Qualidade necessita da participação de todos os intervenientes, onde exprimam livremente as suas ideias, necessidades e anseios em torno da escola, sem julgamentos prévios ou preconceitos. Estas, são tratadas através da técnica Quality Function Deployment¹ (QFD), ferramenta bastante utilizada no Planeamento da Qualidade que já demonstrou ser de bastante utilidade no tratamento das vozes dos clientes/utentes sobre o que efectivamente esperam, garantindo que o nosso produto (escola) seja processado (concepção/desenvolvimento) sob a sua orientação.

Trata-se, portanto, de construir e desenvolver uma «abordagem de *marketing*» (com as adaptações às particularidades de um estabelecimento de ensino), com todas as vantagens de respostas às necessidades reais e latentes identificadas, substituindo a perspectiva tradicional de imposição superior de certas medidas e indicadores, tantas vezes passando ao lado dos clientes/utentes (internos e externos) do processo educativo, fazendo com que estes não se revejam no produto/serviço oferecido. A autonomia de gestão administrativa das escolas a entrar em vigor e funcionamento e a sua possibilidade de angariar auto-financiamentos, encontra aqui uma ferramenta útil e a desenvolver.

Metodologia

A utilização do QFD permite converter os requisitos de clientes/utentes (voz dos clientes) em requisitos do nosso produto (escola) de forma a «maximizar» a sua satisfação.

Esta ferramenta, o QFD, é utilizada para executar o «Planeamento Avançado da Qualidade», que consiste na análise dos requisitos do cliente/utente, a sua estruturação, o planeamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento do produto (fig. 1). Tudo é pensado para que o produto (escola) satisfaça completamente os clientes (pais e alunos).

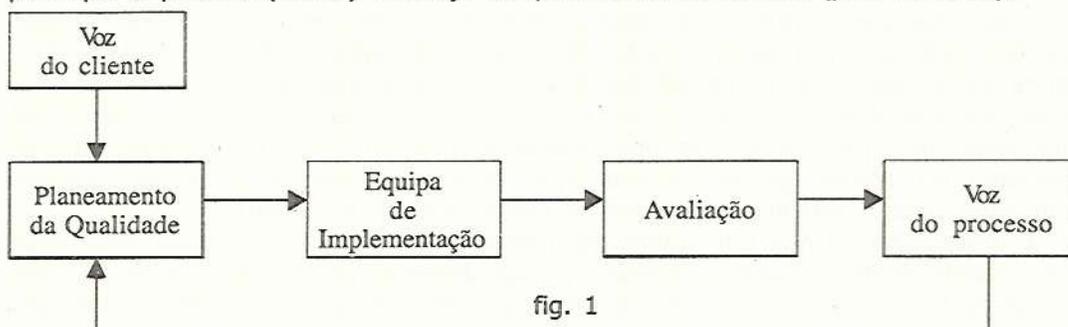


fig. 1

¹ O QFD é uma técnica que é definida como sendo «um sistema para traduzir requisitos de clientes nos requisitos de uma empresa, em todos os estágios, desde a pesquisa e desenvolvimento do produto até à sua produção, comercialização e distribuição». As suas virtualidades e a sua flexibilidade, permite-nos ousar adaptá-la a outras realidades, para além da empresa, estendendo, portanto, também às escolas enquanto unidades produtoras em processos de ensino/aprendizagem.

O processo do QFD

Este processo inicia-se sempre com as questões dos clientes/utentes, como, por exemplo, as seguintes:

- «confio plenamente nos professores»;
- «a escola deveria ter uma missão»;
- «as escadas são perigosas»;
- «sonho com uma escola sem professores»;
- «quando vou para o trabalho quero estar segura de que o meu filho está em segurança».

Estas afirmações representam os requisitos dos clientes que podem ser usadas da seguinte forma:

Qualidade

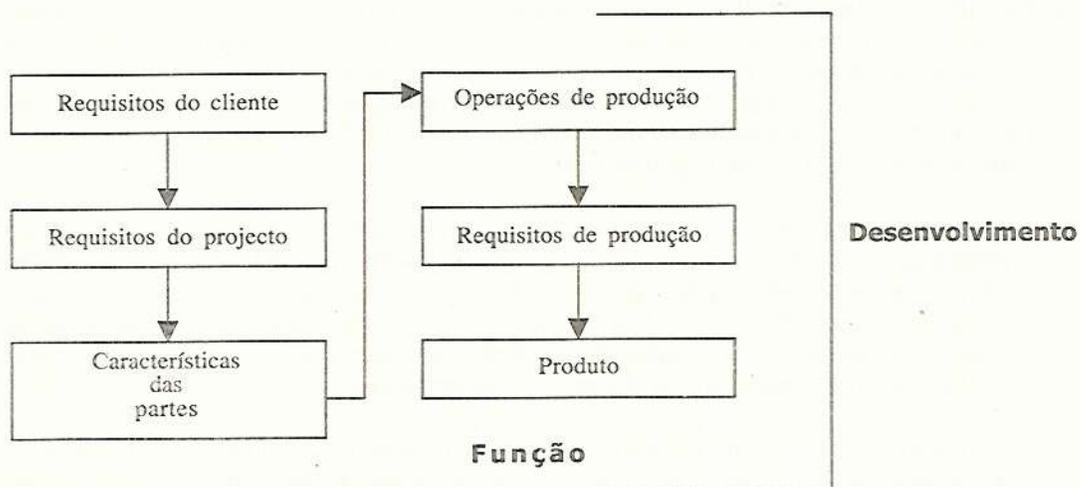


fig. 2

Feita a recolha da «voz do cliente» há que converter os seus requisitos em características da nossa escola, através da construção de uma *Casa da Qualidade* (fig. 3). Necessário se torna, portanto, o diálogo social constante entre professores, alunos e pais e as entidades educativas nacionais.

Esta ferramenta permite definir estruturadamente, e levando em consideração tanto os requisitos do cliente como a oferta actualmente disponibilizada pela concorrência, as especificações que vão definir objectivamente o produto a desenvolver/melhorar.

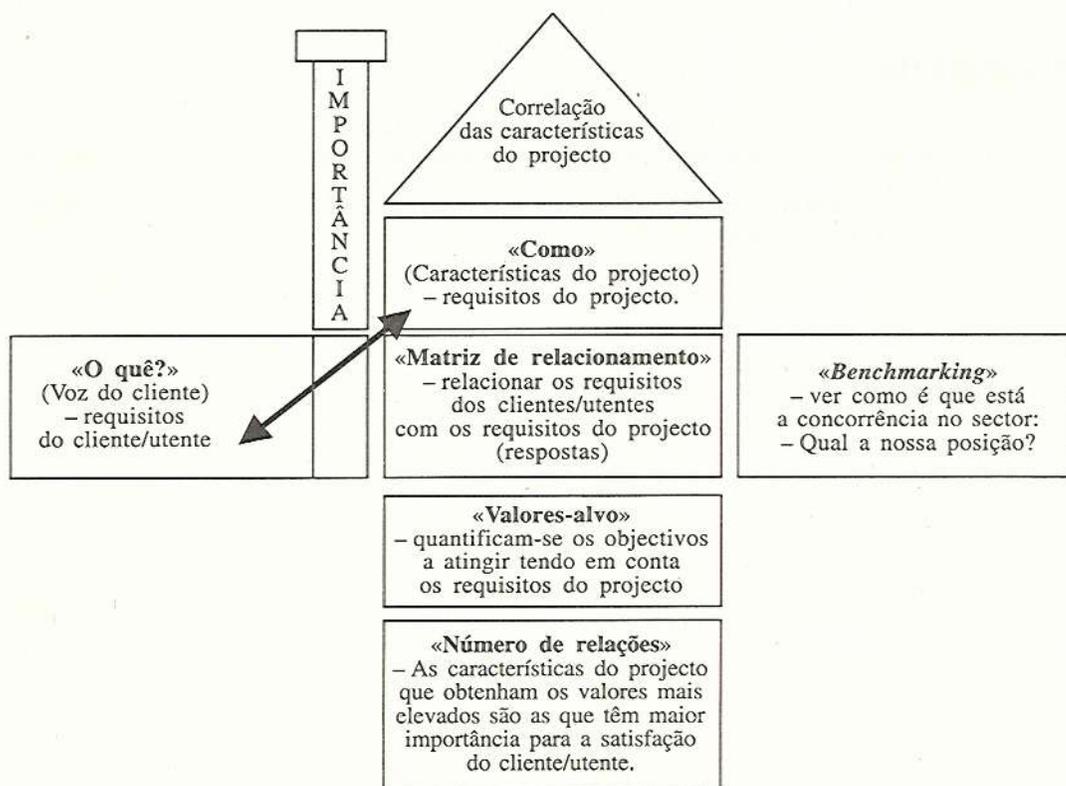
Não vamos enumerar exaustivamente os diversos quartos que integram esta *Casa da Qualidade* (não é o que pretendemos), mas apenas alguns aspectos que, pensamos nós, são de especial significado:

1. Em relação aos atributos técnicos (características mensuráveis de uma escola que permitem dar resposta aos requisitos do cliente), encontram-se agrupados em sete blocos principais:
 - localização;
 - infra-estruturas;
 - condições de funcionamento;
 - meios humanos;
 - pedagogia;
 - actividades desenvolvidas;
 - estilo de gestão.
2. Relativamente ao confronto efectuado com a concorrência é possível definir e assumir os principais trunfos e factores de diferenciação de uma nova escola (organização interna, divulgação das actividades culturais);
3. Na definição das especificações associadas aos diferentes atributos técnicos, há que ter em consideração os requisitos do cliente/utente e impacto sobre os mesmos, a oferta já existente no mercado (*benchmarking*) e o posicionamento pretendido para o conceito escola a desenvolver, concentrando a atenção e os esforços em torno das características susceptíveis de virem a resultar na criação de vantagens concorrenciais sustentáveis², e que poderão ser:
 - formação alargada ao director da escola, que, não se limitando aos aspectos pedagógicos, deterá conhecimentos de gestão, permitindo-lhe resolver com maior eficácia e celeridade muitos dos problemas surgidos, tanto no que se refere a questões administrativas e financeiras, como de motivação dos colaboradores internos e externos da instituição, contribuindo decisivamente para uma maior rentabilidade e satisfação de todos os intervenientes;
 - formação do pessoal não docente, permitindo redefinir o papel dos auxiliares de acção educativa, o que trará, não só possibilidades de encontrar soluções pedagógicas mais flexíveis como melhorará a qualidade das relações com pais, alunos e professores, através de um maior profissionalismo e competência;
 - apostar na continuidade do corpo docente na escola, permitindo a formação contínua destes e possível subida na carreira, possibilitando a maior estabilização dos quadros a melhoria no ensino;
 - implementação de vastos programas de intercâmbio com outras escolas, permitindo, com um custo relativamente reduzido, o contacto com outras realidades, práticas organizacionais e pedagógicas, bem como encorajando a divulgação das actividades culturais em cada comunidade em que a unidade educativa se insere;

² Esta perspectiva é, aliás, pertinente e actual tendo em conta a expansão do sector privado e corporativo do ensino, o que não impede que a mesma se aplique ao sector público

- elaboração de uma carta de princípios, que introduza alguns valores partilhados, crie um espírito de equipa e defina as responsabilidades da comunidade educativa.

fig. 3



Conclusões

Pensamos que o QFD é, de facto, uma metodologia de Planeamento da Qualidade com potencialidades no campo do ensino.

Esta ferramenta conduz-nos à construção integrada de um conceito escola, e respectivas especificações, onde as expectativas e necessidades dos diversos tipos de clientes/utentes podem ser satisfeitas, superando em diversos aspectos a oferta actualmente disponível.

Numa sociedade extremamente exigente como é a dos nossos dias, somente quem conseguir exceder as expectativas dos clientes/utentes é que tem a sua sobrevivência assegurada.

Bibliografia:

AKAO, Yoji, *Quality Function Deployment*, Productivity Press, Cambridge (1990).

GANHÃO, F. Nogueira; PEREIRA, Artur, *A Gestão da Qualidade. Como implementá-la na empresa*, Lisboa (1992).

JURAN, J. M., *A Qualidade desde o projecto. Os novos passos para o Planeamento da Qualidade em produtos e serviços*, Brasil (1997).



Glosa a uma geografia prudente para um território decente

Miguel Sopas de Melo Bandeira*

ASSOCIADO ao ritmo do calendário que, um número redondo como o do ano 2000, sempre vai pretextuando para servir de balanço e de sugestão à indagação de perspectivas futuras, satisfazendo a velha ambição humana de nos questionarmos quem somos e para onde vamos, recorremos ao exemplar *Discurso sobre as Ciências*, de Boaventura Sousa Santos para, tomando-o como mote da nossa intervenção, ensaiar alguns dos desafios que se deparam à Geografia e à educação geográfica em geral.

* * *

As minhas primeiras palavras são uma confissão e ao mesmo tempo o acto pródigo de quem, passado uma longa ausência, torna de novo à casa de origem.

Tenho ainda bem presente, vai para treze anos, na Escola Secundária da Amadora, o momento da criação deste colectivo, as contingências da sua formação; as tensões que gerou; as expectativas que aspirávamos e as questões que então mobilizavam os professores de Geografia... Enfim, não me posso esquecer que as circunstâncias da altura me proporcionariam o desafio de assumir a voz da *Associação dos Professores de Geografia* no Norte do País. Era eu então a pronúncia do Norte dessa fase pioneira. Circunstâncias várias fizeram-me trilhar outros caminhos, pelo que, passados estes anos, quando a presidente da nossa direcção me convidou para estar aqui presente, tenho de admitir que não pude deixar de sentir alguma perplexidade. Não tanto por me ter apartado do ritmo e da *praxis* do que constitui, ainda hoje, a frente mais ampla e disseminada da imagem da geografia, mas, sobretudo, porque o distanciamento dessa realidade me impõe necessariamente uma atitude retrospectiva de reflexão e de balanço sobre a realidade docente e sobre os desafios que se colocam à educação geográfica.

Ao vasculhar os documentos dessa fase inicial, as notas e os apontamentos que, entretanto, fui recolhendo, deparei, como que uma redescoberta, com um texto que, embora não sendo da autoria de um geógrafo, pela clarividência global do seu conteúdo e natureza formal de um manifesto *atingia o magma mais profundo* dos nossos debates e inquietações.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho – Braga

Estou a referir-me, naturalmente, ao *Discurso sobre as Ciências*¹, de Boaventura Sousa Santos que, a propósito de uma oração de sapiência então proferida na Universidade de Coimbra (1985/86), o sociólogo viria a publicá-lo sensivelmente na mesma altura em que fundámos a nossa associação.

Porque a sua actualidade se afigura inquestionável, desde logo porque essa reflexão abria com o sugestivo pretexto do balanço do fim do século, passou a constituir o *leitmotiv* da singela e despretensiosa analogia que hoje aqui vos venho propor. Nem que não o fosse, e ainda assim seria um excelente motivo para deixar aqui a minha sincera homenagem a quem, entre nós, ultrapassando os meros circunstancialismos retóricos, também como cidadão, tanto tem contribuído para a reflexão e o debate dos tempos e das ideias que agora protagonizamos.

* * *

Vivemos hoje o virar do século, sobrecarregados ainda pelo fecho de um milénio, ou seja, sofremos a referenciação de um longo período convencional de acontecimentos que foram ritmados pela batuta da historiografia ocidental dominante e que, independentemente das emoções que possa suscitar, define, no quadro geral do nosso inconsciente colectivo, ou, pelo menos, na expressão divulgada do senso comum, a inquietação da expectativa por um novo ciclo. Sem qualquer obsessão finalística, o número redondo do ano 2000 tem, no mínimo, esse mérito, o de sugerir uma avaliação retrospectiva do que somos e o que fizemos, e de constituir um pretexto para nos pormos, mesmo que em bicos de pés, a tentar especular sobre o futuro e a descortinar as respostas às velhas questões do *para onde vamos e como seremos*.

Antes de todos os denominadores comuns que nos possam unir e de todos os afectos curriculares que nos façam divergir, somos, consensualmente, uma das imagens mais antigas e constantes do ensino da ciência veiculada às novas gerações. Disfrutamos do privilegiado papel de protagonizarmos, em directo e ao vivo, essa bela criação da mente humana, precisamente num dos períodos mais dramáticos da vida dos nossos concidadãos.

Contudo, a sólida e a serena ciência onde formámos as nossas verdades e os princípios metodológicos que moldaram os nossos procedimentos está, hoje, ainda antes de findar o milénio, irremediavelmente abalada.

Depois dos *rombos* a que assistimos no decorrer deste século, alguns deles pouco mais velhos do que idade de um avô, as diversas famílias científicas, particularmente aquelas que pareciam mais coesas e modelares, revelam as suas fragilidades, exibem as suas dissensões e perscrutam outros caminhos que, antes, declaradamente tinham ostracizado.

Einstein pulverizou a noção de tempo e de espaço absolutos; a física quântica revelou-nos a subjectividade e a incerteza dos processos de medição; mesmo a matemática, que se concebia impoluta dentro do seu sistema intrínseco de saber, não

¹ Santos, Boaventura Sousa, *Um Discurso sobre as Ciências*, 2.^a ed., 58 pp, Porto, 1988, Edições Afrontamento.

resistiu às investigações de Gödel, que foi capaz de formular *proposições indecidíveis*, isto é, *proposições que não se podem demonstrar nem refutar*. Há poucos anos, Prigogine mostrou-nos a imprevisibilidade de certos processos microbiológicos que interagem segundo uma lógica de *auto-organização* numa situação de *não-equilíbrio*.

Simultaneamente, respeitáveis físicos libertaram-se do pudor formal dos seus discursos e passaram-nos a falar de Deus e de psicanálise, biólogos há que atribuem comportamentos humanos à Natureza, utilizando termos como *democracia nuclear* e *cooperativismo celular* para explicar os resultados das suas pesquisas. Surgem-nos novas hipóteses de trabalho, como a *teoria das catástrofes*, a *sinérgica*, a ideia de *caos*, o *princípio da incerteza*, etc... Bastaria apenas recorrer a uma análise linguística de cada uma destas propostas para compreendermos, como sugere o *spot* publicitário, que *a tradição já não o que era*.

A crise do paradigma científico dominante, tal como a designou B. S. Santos é como as outras crises com que nos habituamos a conviver, uma das condições do nosso quotidiano que já não indis põe ninguém e que se vê despojada de qualquer dramatismo. É certo que a crise tornou-se uma banalidade, mas as tensões e as expectativas que dinamizam o mundo em que vivemos não escamoteiam as novas marginalidades; as recentes formas de exploração; a segregação das minorias; o sofrimento dos que padecem; a desconstrução dos valores...

A ciência perdeu irremediavelmente o mito da neutralidade e a mística da superioridade moral que lhe era atribuída. Hoje em dia, em certos segmentos do saber, já não é possível vislumbrar o cientista solitário, envolvido pelas seus tubos e balões de ensaio. Como Pasteur, no passado, seria agora inviável ter o laboratório ao lado da sala de jantar. A ciência industrializou-se, mediatizou a sua imagem e mercantilizou os produtos do seu saber, votando às sedes tradicionais do seu desenvolvimento a condição do passageiro ferroviário que corre no cais desesperadamente atrás da última carruagem. A presente situação tornou os cientistas e a ciência reféns das prioridades dos centros de poder mais amplos, contribuindo para que, e segundo o nosso autor, a ciência e a tecnologia constituíssem as duas faces do mesmo processo histórico (...) convergindo quase até à indistinção.

Também entre nós, implícita ou explicitamente, adivinham-se, e de algum modo já se sentem, os efeitos *geostróficos* de oposição a algumas das tendências gerais em que nos deixamos conduzir ou de outras calmarias pontuais a que nos podemos acomodar.

Sem receio de conjecturar as transformações que se adivinham, possíveis só de trilhar por via especulativa, não ousaríamos avançar, mesmo que ensaísticamente, na tentativa de configurar algumas tendências geográficas emergentes e, por inerência, de esboçar outra atitude educativa da Geografia se não nos baseássemos nessa inquietante parábola de B. S. Santos.

Tenho consciência que o interesse do pequeno exercício que vos proponho está mais nas questões que se levantam do que nos prognósticos que se sugerem. E depois, a especulação que tanto tempo foi excomungada das práticas de aprendizagem, não é ela uma ginástica mental válida para a formação do indivíduo?!

Se, do ponto de vista prático, é muito importante estudar a rede de transportes da *união europeia*, do ponto de vista intelectual e formativo, não é menos enriquecedor fazermos cartografia de espaços imaginários.

Ao configurar o novo paradigma científico emergente, o nosso autor propõe quatro teses, que passarei, em seguida, sinteticamente a interpretar no âmbito da Geografia e no da educação geográfica em geral.

1 — *Todo o conhecimento científico-natural é científico-social*

Como aponta o próprio autor, na verdade esta consideração não encerra entre nós grande novidade. Se existe área do conhecimento onde o património da encruzilhada epistemológica é um dado adquirido sê-lo-á certamente no seio dos estudos geográficos. Todavia, no âmbito da saga legitimadora que, em geral, as ciências humanas perseguiram nos últimos decénios, a Geografia também não resistiu ao encanto da sereia cartesiana, repartindo-se por especialidades e subespecialidades com a mesma finalidade última de poder demonstrar e de afirmar à sociedade a sua vertente utilitária. É certo, porém, que os inegáveis avanços obtidos vieram confirmar o sucesso desta estratégia, mas, *como não há bela sem senão*, também aquilo que constituiu uma vitória representou, simultaneamente, a assunção de uma fragilidade. A família ameaça possíveis cisões, e o célebre *ponto de vista geográfico* parece condenado a tornar-se uma memória na indistinção do transgressionismo disciplinar que marca o nosso tempo.

É um pouco por tudo isto, sobretudo no plano da educação, que já não faz grande sentido separar a Geografia em *física* e *humana*. Se, por um lado, a convergência geral das reformas educativas comprometem a prazo a razão de ser dessa diferença, do ponto de vista estritamente académico a entrega exclusiva à especialização sem retorno torna-nos disciplinarmente indeterminados, e, por isso, vulneráveis, no seio das diversas comunidades científicas existentes.

Do mesmo modo se, por um lado, com a longa história até aqui percorrida, os novos desafios nos proporcionam vantagens de adaptação inequívocas, também têm o condão de revelar os pontos fracos da nossa identidade comum.

2 — *Todo o conhecimento é local e total*

Mais do que uma questão de escala, de todo fundamental à estruturação do saber e do fazer Geografia, a presente tese convoca por excelência o geógrafo a medear essa articulação. Contudo, também não é escamoteável que a tendencial e delineável globalização planetária de que se fala avança no sentido de uniformizar o território e, numa certa acepção, de desterritorializar o próprio espaço geográfico. Se é um facto, como afirma B. S. Santos que, na concepção científica dominante, o saber progride na medida em que espartilha o real, *que é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objecto sob que incide*, fazendo do cientista um *ignorante especializado*, os actuais meios de comunicação interactivos abrem novas possibilidades à potenciação e à difusão das exemplaridades locais. Se o global é local, também o local pode tornar-se global. A fragmentação do paradigma científico emergente não é, por assim dizer, *disciplinar mas sim temática*.

Neste sentido, não deixa de ser interessante de constatar, mesmo que em abstracto, a sintomática estruturação curricular do ensino geografia entre nós — A Europa é

uma obrigação e Portugal tornou-se uma opção! Ao contrário do passado, onde a Geografia servia, como outras disciplinas, particularmente a História, os fins exaltadores do nacionalismo vigente, hoje, mal ou bem, a nossa disciplina não deixa também de estar subordinada a uma estratégia política dominante e mentalizante. Contudo, a ironia está no facto de agora vivermos desagradados dos exacerbamentos patrióticos do passado autoritário, constituindo os temas do nosso país, ao contrário, a base de afirmação da nossa identidade colectiva e ainda, para todos os efeitos, o recurso incontornável para enfrentarmos as vertentes mais perversas da globalização triturante e do capitalismo planetário. Por surpreendente que nos possa parecer já não são os movimentos sociais, mas sim as nações, os principais obstáculos à expansão total dos grupos financeiros hegemónicos.

O reforço da identidade e da auto-estima é um recurso de coesão social, é um estímulo às capacidades para enfrentar os novos desafios, é uma disponibilidade de apoio às estratégias de solidariedade e cooperação — veja-se o caso de Timor. Não foram os laços de uma relação colonial passada o cimento que permitiu a mobilização solidária que se gerou entre nós e que fez recair sobre o assunto a atenção geral do Planeta?!

3 — *Todo o conhecimento é autoconhecimento*

Segundo B. S. Santos *a ciência moderna consagrou o Homem enquanto sujeito epistémico, mas expulsou-o, tal como a Deus, enquanto sujeito empírico. Um conhecimento objectivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos.* Hoje, já não é possível ignorar as implicações éticas dos progressos desenvolvidos no campo da genética, da ameaça do colapso nuclear, ou tão-somente da catástrofe ambiental. Não é possível perscrutarmos o que quer que seja sem equacionar as finalidades da própria pesquisa, ou o sentido último daquilo que andamos a ensinar.

Também entre nós não há uma única geografia, mas tantas quantas os geógrafos. E basta conhecer um pouco sobre as biografias das figuras mais eminentes para melhor compreendermos a própria Geografia a que nos ancoramos. A ciência emergente será assumidamente uma ciência autobiográfica, pelo que, o património acumulado de um campo do saber é a melhor armadura que se dispõe para atravessar os tempos equívocos da crise. Daqui a cinquenta anos, por exemplo, qual será o contexto semântico de uma *engenharia de sistemas*, de um *tradutor/intérprete*, de um especialista em *comunicação social*?! Admitindo que essas fileiras do conhecimento ainda se possam designar como tal, pergunto-me se terão o mesmo denominador comum que há entre Ptolomeu ou Estrabão e o *húmus* do que laboramos com os nossos alunos?!

Por outro lado, não nego que olho com alguma perplexidade para o participante do concurso televisivo que hesita entre o Vouga e o Douro, quando lhe questionam qual deles é o rio que atravessa a cidade de Aveiro, não porque isso possa sustentar a tese de que a imagem pública do que eu ensino é descurada ou anda desleixada, mas porque a dúvida tem o mérito de despertar em mim o tempo em que essa hesitação podia valer uma reguada ou tornar-me no objecto do ridículo. Também a geografia que ensinamos pode ser a geografia do nosso contentamento ou a do nosso descontentamento.

4 — *Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, em conhecimento vulgar*

Afirma-nos o nosso autor de referência que a ciência, tal como ainda hoje é concebida, *ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo (...) a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se, como já citámos, faz do cientista um ignorante especializado faz [também, e segundo o mesmo autor] do cidadão comum um ignorante generalizado.* É certo que são sobejamente conhecidas as limitações e os riscos da valorização do *senso comum*, porém, esta asserção do saber, ainda que informal, *é exímia em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas.* Daí, que se nos afigure possível e, quiçá, desejável, que o conhecimento científico possa vir a conquistar a capacidade de se tornar reconhecível no domínio *vulgar e prático* do nosso dia-a-dia. Que adquira a mesma disponibilidade operativa *com que, no quotidiano, orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida.* A ciência de amanhã não despreza a tecnologia, mas pode e deve converter-se *em sabedoria de vida.*

No entanto, somos capazes de reconhecer que, entre nós, esta tese levanta amplas e justificadas susceptibilidades. Isto, se pensarmos que, após tantos esforços bem sucedidos de afirmação profissional, quando nos encontramos a uma curta distância de superar o ambicionado salto que vai do ler, interpretar e avaliar o risco ao acto de riscar, deixemos de nos inconformar perante aqueles sectores institucionais dominantes que, por razões inconfessáveis, persistem em não admitir os valores intrínsecos da Geografia, a capacidade dos geógrafos e o valor educativo do património de que somos portadores. Parece assim ingrata a convergência de tantos quadrantes em esbaterem, assim sem mais nem menos, as fronteiras tão laboriosamente conquistadas!

Entre nós, como em todas as formações potencialmente profissionalizantes, durante qualquer período de crise ou transição, haverá sempre o espectro da identidade corporativa. Não quero, contudo, interpretar este facto somente como uma má consciência que nos sussurra aos ouvidos apelos simplistas e emocionais. Ou não é verdade que, apesar da *détente* estabelecida, que contraria esse tipo de aspirações, proliferam por aí renovadas afirmações exclusivistas, como são exemplo, as confrarias de vinhos e as toponímias de queijos?! Ou haverá alguém de boa fé que negue a existência de outras *irmandades* mais ou menos assumidas, mais ou menos informais, e que, todavia, não deixam de ser corporativamente pujantes?!

Uma vez mais a questão dos desafios que se colocam, quer à investigação quer à educação geográfica, se equacionam no aforismo popular do *pau de dois bicos*. Se, por um lado, as novas oportunidades nos oferecem a possibilidade de perscrutarmos novos horizontes e trilharmos outros caminhos, também não é menos verdade que teremos de passar a admitir a possibilidade de coabitar com geografias sem geógrafos.

Permitam-me, mesmo, num certo tom provocatório, que vos diga: os rótulos e as lápides, vistas como tal, não são mais do que as últimas bóias de salvação que permitem flutuar a mistificação e a demagogia; a defesa das referências sem significado e sem substância só nos oferece o *folclore* da reprodução dos sistemas; mais não serve do que para dar a ilusão de que algo está em jogo, quando à partida se sabe de antemão que a tensão se diluiu em ritual, onde os contrários, afinal, não passam de iguais.

Glosar **uma geografia prudente para um território decente** só pode significar a inevitabilidade de termos que vir a assumir a insegurança do devir que, sendo inquietante, não pode constituir motivo de descontrolo ou de abdicação.

Prudente porque não se fecha em si própria. Porque não nega a possibilidade de recorrer à experiência analógica de pretender *conhecer o que conhece pior através do que conhece melhor*. *Prudente* porque não acredita em panaceias; no fim da história; na inevitabilidade da desconsideração do diferente; não aceita cegamente as prolapadas verdades por mais óbvias ou novas que pareçam.

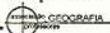
Uma atitude prudente não adere a uma causa só porque é *a que está a dar*. Velocidade e antecipação não são sinónimos de verdade ou condição, sequer, de eficácia.

Por outro lado, a Geografia *prudente* só faz sentido se se deixar interpenetrar pela finalidade de um território *decente*.

Mais do que a atitude mecanicista que tudo subordina ao privilégio do modo como funcionam as coisas, da desconsideração dos fins face à causalidade e à manipulação, seja ela do Homem ou da Natureza, existem, hoje, condições possíveis para dar protagonismo aos seus agentes e lugar às finalidades dessas mesmas coisas.

A aspiração consensual por um território *decente* já não se compadece somente pela acomodação às garantias da legalidade ou da democracia; da liberdade instituída ou de outros arquétipos politicamente correctos... Que sentido tem andarmos a promover as virtualidades do ordenamento do território com os nossos alunos se, frequentemente, o que eles assistem é à subordinação crescente dos valores públicos aos interesses especulativos do solo urbano?! Que sentido faz ensinar planeamento se o território tende a ser desregulado pela pressão estrita das lógicas do mercado?! Pergunto-me mesmo se, num certo sentido, não será o *dia da árvore*, da *mulher* e de outros tantos eventos semelhantes, tantas vezes, somente uma liturgia de alívio da consciência para assistirmos impávidos e conformados ao divórcio crescente entre a escola e o mundo que a rodeia.

Mais do que a quantidade e a utilidade daquilo que ensinamos — no mero sentido utilitarista do termo —, penso que interessará muito mais equacionar o valor e a praticabilidade de uma Geografia disciplinarmente transgressora e o mais abrangente possível.

Para todos os efeitos, a transgressão intelectual continua a ser o único rastilho verdadeiramente revolucionário, o processo possível ainda capaz de inquietar ou despertar consciências, pelo que, conceitos como individualidade, dignidade, identidade, justiça, espírito, moral, etc. — entre outros, certamente — até há pouco arredados do léxico evolucionário, constituirão, nos próximos tempos, necessariamente expressões repescáveis por todos aqueles que optarem viver e sofrer os novos passos do progresso. 



Geografias da memória

Moisés F. Dias*

A memória é terrível para quem esquece;
lugares feitos de pedra com a memória à volta,
feitos de pedra, pedra...

Lugares que condensam dentro de si o universo,
lugares de silêncios desvanecendo-se pelas casas,
de sons para a eternidade.

Escuto o verde desta árvore;

seria árvore se não fosse pensamento,

se não derramasse sobre mim a incerteza da sua sombra,

se não a quisesse metaforicamente verde.

Abro esta janela

para a quase imperceptibilidade das coisas,

como clareira aberta em cerrado bosque,

para a grande abóbada de um sino,

para o in - finito que existe em mim. 

* Professor do ensino secundario



Do coleccionador de selos ao profissional do espaço

*Nuno Teotónio Pereira**

VIVÊNCIA pessoal e actividade profissional são coisas que se entrelaçam e, por isso, difíceis de distinguir — para mais quando o ofício é exercido com gosto e com empenho. No entanto, para clareza da narrativa, parece apropriado o método separativo. Vamos, pois, à vivência e, logo após, ao trabalho na profissão.

Creio que o meu interesse pela geografia teve origem numa colecção de selos que meu avô possuía e que, quando eu tinha oito anos, decidi partilhar com o neto, preparando-o para a responsabilidade de a conservar e desenvolver após a sua morte.

A partir daquela idade tornaram-se-me assim familiares as ilhas e arquipélagos que há por esse mundo: Fidji, Falklands, Seychelles, Maurícias, Bahamas, Trinidad e Tobago... E também países e colónias que desapareceram dos atlas, pois têm hoje outros nomes ou foram absorvidos ou desdobrados em novos estados: Gold Coast, Indochina, Mecklemburgo, Saxe, Orange, Transval... Daí a consulta constante aos mapas do Larousse para localizar tais territórios. Era por isso que no Liceu Pedro Nunes brilhava nas aulas de Geografia dos professores Belo e Cardigos, para compensar os desaires em Físico-Químicas e Matemática.

Já entrado nas Belas-Artes; frequentei inesquecíveis lições de Orlando Ribeiro, no Centro de Estudos Geográficos. Comprei a 1.ª edição do «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico», que me ficou gravado na memória e no pensamento, e, logo, os preciosos volumes do Congresso Internacional de Geografia, de 1949, em Lisboa.

Por essa altura, comecei a calcorrear o País, primeiro de comboio a vapor e camioneta e, depois, numa minúscula «joaninha» Renault, maravilhando-me com os soberbos castanheiros da faixa raiana, a posta mirandesa, os arrozais do Mondego, a alvura das aldeias alentejanas. Muitas estradas de macadame ou, até, de terra, reparações do motor em oficinas de ferrador, noites enregeladas dentro do carro por falta de gasolina. E fazendo como vira a Vitorino Nemésio, meu cicerone nos arredores de Coimbra: parar para meter conversa com um pastor ou com um rancho de mulheres na apanha da azeitona, para saber das culturas, dos lugares, ou mesmo das vidas.

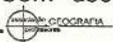
Assim, quando participei, no final dos anos cinquenta, no histórico Inquérito à Arquitectura Regional promovido pelo então Sindicato dos Arquitectos sob o impulso de Keil do Amaral, já tinha o mapa de Portugal na cabeça, nos olhos e nos pés. Foi essa

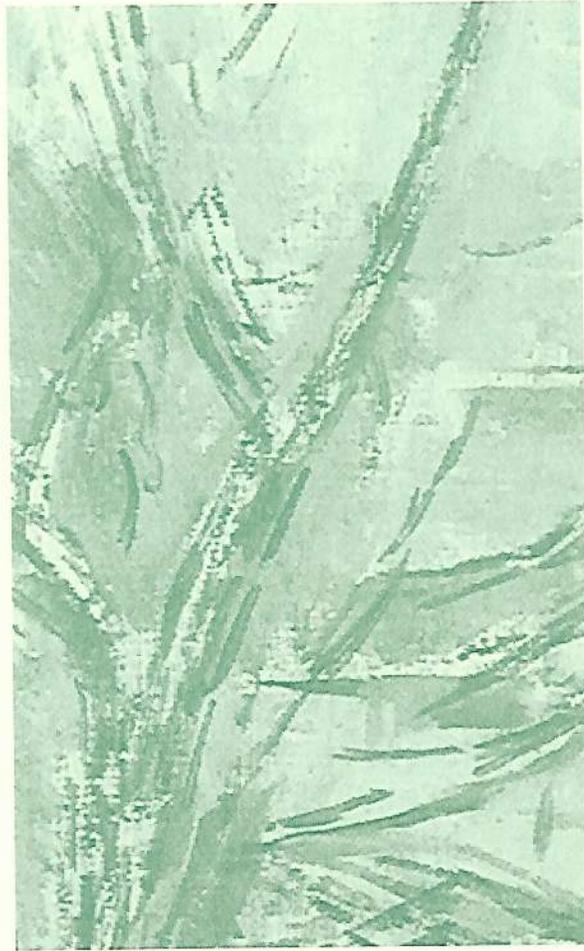
* Arquitecto.

bagagem, junto com a leitura atenta dos noticiários regionais na Imprensa, que me permitiu apresentar e defender propostas fundamentadas de delimitação das regiões na campanha para o malfadado referendo de 1998. Nessa altura, achei, aliás, estranha a ausência de geógrafos no aceso debate que se verificou entre nós, concordando com José Reis num artigo em que este universitário constatava uma triste realidade: a falta de uma cultura do território entre os responsáveis políticos e os fazedores de opinião.

Passemos agora à profissão, já aflorada atrás. Entusiasta do Movimento Moderno da Arquitectura no início da carreira, revoltei-me contra as contrafacções de cariz nacionalista impostas aos arquitectos pelo salazarismo no que veio a chamar-se «português suave». Quem se emocionava com a autenticidade da arquitectura vernácula nas suas diversas expressões locais ou regionais não podia senão repudiar as grosseiras e incoerentes imitações feitas pelos arquitectos do regime, e que apelidei, nessa altura, de *mascaradas*. Nessa época de medos, acomodações e, até, traições, a arquitectura foi impedida, para além de corajosas excepções, de procurar caminhos de contemporaneidade enraizados no nosso território e na nossa cultura. Foi essa, aliás, a missão dos arquitectos da minha geração e da que se lhe seguiu quando, a partir dos anos 50, conquistaram a liberdade de expressão que lhes havia sido negada na fase totalitária do regime: aquilo a que um conceituado teorizador contemporâneo apelidou de *regionalismo crítico*.

É que uma das grandes lições do tal Inquérito foi verificar como a arquitectura popular se relacionava com o território e era um produto da cultura local, desde a inserção no terreno até aos materiais utilizados. E o que o arquitecto consciente da sua contemporaneidade procurava não era a fossilização de formas e técnicas de construção, já então em vias de desaparecimento, mas a criação de espaços que tivessem a ver com o sítio, recusando a massificação inculca de figurinos anódinos que inundou o País em consequência da emigração, da industrialização e da expansão dos serviços a partir da década de 60. Porque a contextualização territorial dos edifícios ou das urbanizações, quer se trate do meio rural, urbano ou periurbano, constitui um dever do ofício que os arquitectos não podem descurar — e com maior premência na época da globalização.

Do micro-espaço da organização interna da habitação até aos edifícios públicos, do desenho urbano em novos bairros ou expansões à escala metropolitana até à criação de novos aglomerados, compete fundamentalmente aos arquitectos estruturar o quadro de vida das populações através da produção de espaços habitáveis — e isso não pode ser feito capazmente sem uma extrema atenção ao território à escala de cada intervenção. É assim que são eles os profissionais que lidam mais directamente com o espaço. Mas o que aconteceu nas últimas décadas prova, para o bem e para o mal, que não são senhores absolutos nesse domínio. Por isso, têm que saber discutir e concertar com os agentes sociais, políticos e económicos e com os gostos inculcados pelos *media*, cada vez mais universalizantes. Daí que lhes caiba a responsabilidade de promoverem, em articulação com outros profissionais — entre os quais os geógrafos —, o bom uso do território e a procura de harmonia nos seus processos de transformação. 



Geografia e acção: Do desenvolvimento da geografia à geografia do desenvolvimento

Rui Jacinto*

O percurso da Geografia no último meio século não pode ser lido à margem do que foi encetado pela restante comunidade científica para interpretar as mudanças económicas, sociais, culturais e políticas que percorreram o mundo. Os processos que decorreram das ordens mundias que se sucederam foram decisivos para o (re)desenho de novos mapas, onde emergem topografias de contornos incertos e ainda imprecisos, verificados desde o nível global às escalas mais locais. Por estes motivos, a Geografia talvez esteja particularmente bem colocada para interpretar os sinais que emanam duma cartografia de leitura ainda difícil porque as legendas estão incompletas ou não abundam.

Desde que se lançaram os fundamentos da teoria da localização agrícola (Von Thunen, 1826) e industrial (Alfred Weber, 1909) até às primeiras etapas da análise urbana (William Reilly, 1931; Walter Christaller, 1933) e das áreas de mercado (August Losch, 1940), percorreu-se mais de um século de lenta e tímida penetração do espaço nas teorias económicas. Este lento devir espelha, tanto as preocupações com as actividades e as relações de produção dominantes em cada época como põe em evidência que a Geografia, ainda em fase de afirmação e a dar os primeiros passos no caminho duma certa autonomia e reconhecimento científico, esteve à margem de discussões centrais. Foi um período em que o avanço tecnológico teve profundas consequências económicas, sociais e, conseqüentemente, espaciais, em que se revoluciona o modo de interpretar o mundo, de conceber e intervir na organização do espaço. Servem estas referências para situar o período fecundo que termina pela Segunda Guerra Mundial, em que a agricultura se foi desvalorizando em detrimento da indústria, em que os serviços e as cidades passam a representar lugares centrais na organização dos espaços.

Quando François Perroux (1950) e R. Boudeville (1964) avançam na discussão do conceito de espaço económico e a Regional Science Association (RSA) se congrega em torno de Walter Isard, que, em 1956, publica uma das suas obras de referência sobre esta matéria, estamos no limiar dos anos 60, altura em que a Geografia e os geógrafos passam a participar mais activamente dum debate donde estiveram relativa-

* Universidade de Coimbra.

mente arredados. Toma-se, então, plena consciência das disparidades espaciais que andam associadas aos processos de desenvolvimento, da dificuldade em tolerar do ponto de vista social os problemas que daqui decorrem. As assimetrias e os dinamis-mos desiguais entram na ordem do dia e a opinião pública fica desperta para as disfunções que decorrem duma ocupação desordenada do território. Por se tratarem de questões suficientemente fortes para preocupar quem decide, a dimensão espacial passou a figurar na agenda de quem define as políticas económicas.

Os debates em torno da importância e da necessidade duma geografia aplicada e activa marcam os anos 60 (P. Geoge *et al*, 1964), preconiza-se que é importante «o papel do geógrafo na obra de organização do mundo de amanhã», como escrevia em 1960 Phliponneau: «Porque as decisões a tomar farão intervir elementos cada vez mais complexos, cada vez mais numerosos, tornando difícil, mas necessária, uma vista sintética dos problemas e porque esses elementos, sendo solidários, se inscrevem num espaço que se alarga sem cessar, o homem de acção terá interesse em utilizar os trabalhos do geógrafo.»

A crise que se instala no início dos anos 70 veio pôr em causa modelos vigentes, o modo de analisar as economias, interpretar as dinâmicas sociais, intervir espacialmente. A crise surge num clima de contestação às teorias e às práticas dominantes, num momento de agudo debate ideológico, de interrogação sobre o papel da geografia. «A geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra» (Yves Lacoste, 1976) passou a constituir um *slogan* ou uma metáfora que tanto expressa um certo entendimento do papel da geografia como pretende alertar os geógrafos para um envolvimento mais empenhado. Outros abrem-se a linguagens e a influências que sopravam doutras paragens, procuram superar um certo impasse recorrendo a novas metodologias, a técnicas mais sofisticadas, utilizando meios pesados, ainda não utilizados e incipientes quando comparados com as actuais possibilidades, no intuito de construir uma nova geografia, mais quantitativa, que respondesse com maior solidez e eficácia aos problemas emergentes, às interrogações dum mundo que se mostrava impotente e carente dum discurso mais positivo perante as incertezas e as angústias que se iam instalando.

A crise prossegue num ambiente de turbulência e reestruturação; o último quarto de século foi marcado pela procura de novos rumos para a investigação, de novos paradigmas para a acção. As discussões sobre o espaço e o território e a querela em torno do global e do local, coincidem com profundas alterações dos modos de produção e a emergência de novos fenómenos económicos e sociais a que alguns atribuem uma gestação de séculos, proporcionando um quadro completamente novo e indutor de profundas transformações socioeconómicas e espaciais. Talvez seja verdade que «não existe um espaço global, mas, apenas, espaços de globalização» que «o mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares» (M. Santos, 1996:271).

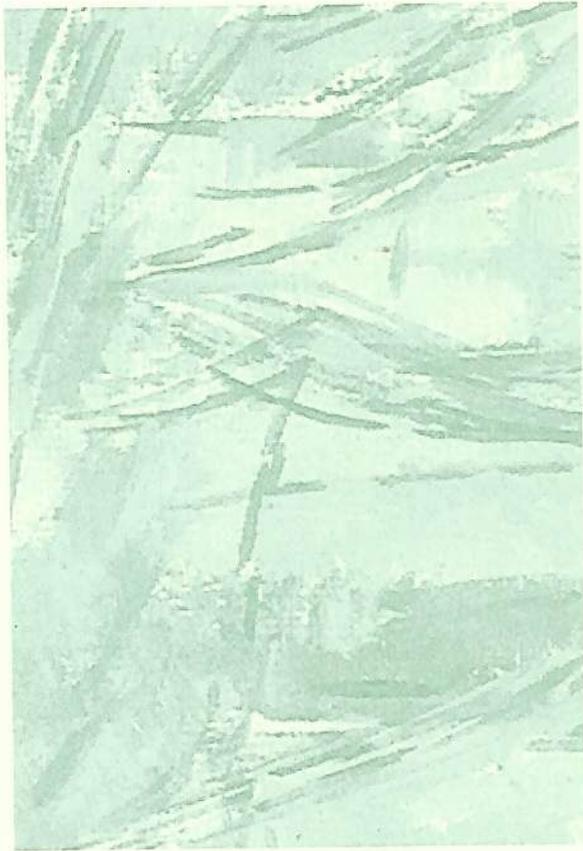
Contudo, os sinais dos tempos mostram-nos que as relações de (inter)dependência adquirem novas qualidades, assentam numa geometria mais variável em que

as lógicas e os equilíbrios entre continentes, países, regiões se alteraram radicalmente. Os geógrafos dispensaram muita atenção e energia à interpretação destas dinâmicas, à avaliação dos processos que envolvem os territórios, ganhando uma legitimidade acrescida para darem contributos fundamentados que ajudem a interpretar as mudanças ocorridas e a sustentar especulações sobre a evolução prospectiva dos territórios; trabalhos recentes, como os novos territórios da prospectiva (*Espaces et Sociétés*, 1994) ou a avaliação e prospectiva dos territórios (Denis Eckert, *Reclus*, 1996) ilustram bem esta tendência.

Os contextos que serviam de referência à análise das questões espaciais mudaram, como, concomitantemente, também mudaram os discursos. As preocupações passaram a ser mais prospectivas que retrospectivas, deixaram de ser predominantemente materiais para adquirirem dimensões mais intangíveis e simbólicas, procurou-se, através dum apelo à participação, valorizar a cidadania e o respeito pela identidade dos territórios. Como vimos, até uma fase não muito recuada, verificou-se uma relativa ausência da Geografia dos debates que conduziram à construção de modelos interpretativos da organização do espaço, à definição de estratégias e de políticas de intervenção nos territórios, motivo pelo qual, talvez se possa dizer com propriedade, que uma parte do discurso sobre o espaço se produziu à margem da geografia.

A génese e especificidades da disciplina e os anátemas a que estava ligada, condicionavam os geógrafos a uma participação mais activa, e a que estabelecessem um diálogo mais íntimo e em pé de igualdade com profissionais oriundos doutras disciplinas. Contudo, o lugar e o papel dos geógrafos tanto na investigação como na acção são, hoje, por méritos internos e externos à geografia, consideravelmente mais intensos e influentes. Sem levar muito funda esta breve incursão no tempo e no modo de estarmos, depreende-se ter existido uma lenta gestação que foi proporcionando um crescente envolvimento da Geografia e dos geógrafos nestas matérias, factores decisivos para a renovação da identidade profissional de quem teve a geografia como referência formativa.

«Corre-se o risco de se acentuarem os desequilíbrios já consideráveis porque não há coincidência geográfica entre o crescimento da população e as possibilidades de aplicação dos progressos técnicos. Uma das tarefas essenciais do geógrafo consistirá em analisar esta não-coincidência e os riscos que comporta, e em procurar os remédios, sobretudo por uma distribuição dos investimentos, que permitirá realizar uma nova geografia de um mundo de onde deveria desaparecer a fome, a miséria e o ódio — e a opressão e o terror, acrescentou Vitorino Magalhães Godinho em nota de rodapé à versão portuguesa editada em 1964 (Phliponneau, 1960: 295). Formuladas há perto de quarenta anos, estas advertências subsistem com a actualidade das realidades que são transversais ao tempo, correspondem a interrogações que devem manter os geógrafos activos, despertos e disponíveis para interpretar e intervir num mundo que, a cada instante, se renova e toma novas qualidades.



Estudar geografia na parede

*Sophia de Mello Breyner Andersen**

DO meu primeiro dia de aulas só me lembro que levei comigo uma boneca que não pude levar no dia seguinte, o que achei naturalíssimo. Calculo que esse dia começou como todos os dias de aulas do meu colégio durante a instrução primária. À medida que íamos chegando entrávamos para uma enorme sala que tinha dois pólos de atracção: as janelas que davam para o jardim e os mapas que cobriam as paredes.

Eu já tinha visto mapas em livros mas não mapas tão grandes como os que havia no colégio.

Os nossos dias começavam por uma hora de estudo que eu ocupei sempre a olhar para os mapas. Mais tarde, não sei bem em que livro, publicaria o seguinte poema:

«O mapa na parede desenhava
Verde e cor-de-rosa a geografia.»

De facto, durante anos e anos aquelas imagens fascinaram-me e ainda me fascinaram mais quando comecei a ler: Índia, China, Pacífico, Atlântico, África, Oceania.

Penso que nessa hora de estudo estive quase sempre a estudar geografia, não no livro mas na parede.

Não me lembro do primeiro dia de aulas mas calculo que tenha havido recreio, no grande jardim do colegio cheio de arvoredo e a árvore mais bonita era uma enorme magnólia com as grandes flores de pétalas brancas, macias e carnudas, e talvez tenha havido uma ou outra lição. Mas lembro-me do primeiro dia de aulas do ano seguinte, pois quem presidia a aula nessa sala de chegada era Madre Cecília, que foi também nossa professora desde a primeira classe até à quarta classe.

Era uma óptima professora e ria muito connosco e às vezes no meio da aula, quando estávamos na primeira classe, voava uma caixa recheada de rebuçados e chocolates que se abria no meio da sala. Dizia que era a «Caixinha do Menino Jesus». Ela tinha coisas de criança e por isso se entendia bem com as crianças. Às vezes tomava um ar muito severo e ralhava com uma cara muito zangada mas daí a bocado

* Escritora. Texto reproduzido da revista *Cais*, n.º 32, Outubro 1998, devidamente autorizado pela autora.

estava-se a rir. Muitas vezes tinha um ar tão infantil que às vezes me parecia mais infantil do que eu.

Durante o primeiro Verão de férias um dia perguntaram-me como era o meu colégio e eu comecei a contar as histórias da Madre Cecília e a imitá-la, o que fazia as crianças e mesmo as pessoas crescidas rirem-se muito.

Naquele tempo as férias eram mais compridas, duravam todo o Agosto e Setembro, isto é, estavam de acordo com o clima do nosso país, não como agora em que as crianças deixam o campo, a praia e a montanha para se meterem, contra a natureza, nas salas de aula durante os maravilhosos dias de Setembro. O meu ano lectivo não seguia as datas dos países onde em Setembro já há frio e chuva. Está claro que agora o tempo deu uma cambalhota e já ninguém sabe em que estação do ano está! Depois das primeiras férias, quando em Outubro voltei para o colégio mal entrei na aula vi a cara da Madre Cecília. Uma cara redonda e sorridente como a cara dos anões da floresta e mal ela me viu abriu um sorriso ainda maior e quando lhe fui falar, ela, com muitas exclamações e saudações abriu um grande abraço e perguntou pelo meu Verão e disse:

«—Sophia, sente-se ali para eu ver bem a sua carinha de que já tinha tantas saudades.»

Fui-me sentar em frente dela e senti-me comida de vergonha e remorso porque durante todo o Verão tinha estado a fazer troça dela. Não sei com que palavras pensei este problema mas senti que não podia encarar a Madre Cecília enquanto me sentisse uma traidora que pelas costas tinha feito troça dela. Compreendi que, de qualquer forma, tinha que me libertar desse peso insuportável. Acabei por me levantar, fui à carteira dela e disse:

—Madre Cecília quero dizer-lhe um coisa. Durante as férias imitei-a, fiz troça de si. E as pessoas riram de si.

Por uns instantes o olhar dela olhou-me fixo, depois riu e disse:

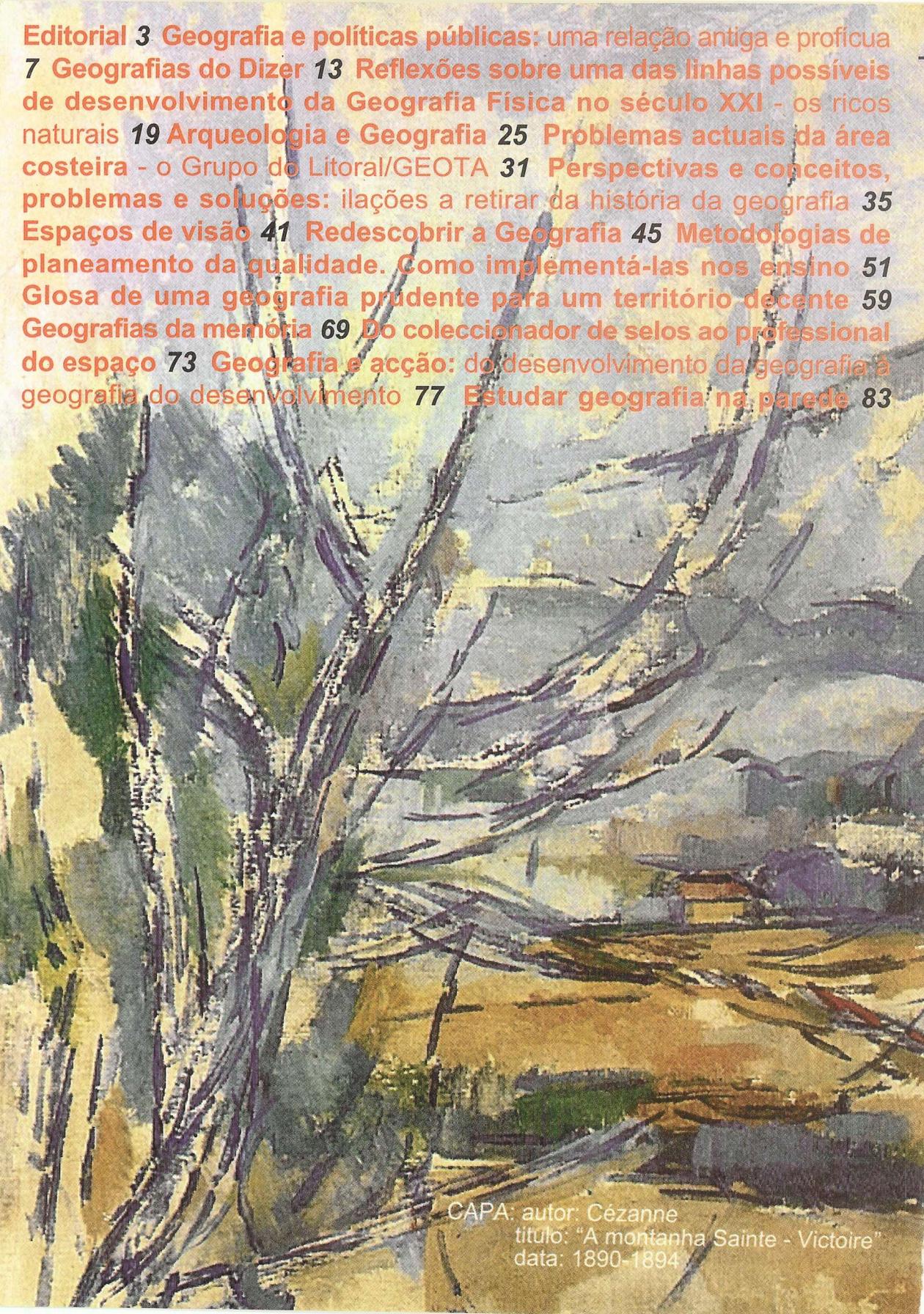
«—Sophia, então imite-me para eu me rir também.»

Meia tartamuda procurei imitá-la em frente dela, o que me custou bastante. Quando acabei ela riu-se imenso, deu-me um abraço, um beijo e disse-me:

«—Agora vá estudar.»

Nesse dia aprendi que dizer a verdade é o melhor caminho. 

Editorial 3 Geografia e políticas públicas: uma relação antiga e profícua
7 Geografias do Dizer 13 Reflexões sobre uma das linhas possíveis
de desenvolvimento da Geografia Física no século XXI - os ricos
naturais 19 Arqueologia e Geografia 25 Problemas actuais da área
costeira - o Grupo do Litoral/GEOTA 31 Perspectivas e conceitos,
problemas e soluções: ilações a retirar da história da geografia 35
Espaços de visão 41 Redescobrir a Geografia 45 Metodologias de
planeamento da qualidade. Como implementá-las nos ensino 51
Glosa de uma geografia prudente para um território decente 59
Geografias da memória 69 Do coleccionador de selos ao profissional
do espaço 73 Geografia e acção: do desenvolvimento da geografia à
geografia do desenvolvimento 77 Estudar geografia na parede 83



CAPA: autor: Cézanne
título: "A montanha Sainte - Victoire"
data: 1890-1894